

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

DEPUTADO AGACIEL MAIA

INDICAÇÃO

IND 14141/2011

(Do Sr. Deputado AGACIEL MAIA)

L I D O

Em, 21/11/13

[Assinatura]
Assessoria de Planário

> SETAS - 000120 <

“Sugere ao Excelentíssimo senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes, que seja estudada imediata implantação de linhas regulares de ônibus, que venham atender o Setor de Chácaras Cabeceira do Valle, Cana do Reino e entorno a este, região rural pertencente à Cidade Estrutural – RA XXV.”

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes, que seja estudada imediata implantação de linhas regulares de ônibus, que venham atender o Setor de Chácaras Cabeceira do Valle, Cana do Reino e entorno a este, região rural pertencente à Cidade Estrutural – RA XXV.

11928
[Assinatura]

JUSTIFICAÇÃO

Estima-se hoje que a população da Cidade Estrutural já tenha alcançado 68.000 (sessenta e oito mil) habitantes, população esta que tem como economia principal todo processo de reciclagem oriundo de seu aterro sanitário. Processo gerido e administrado pelas dezenas de famílias e cooperativas de catadores ali existentes e em atividades na região, que impulsionam mensalmente a base da economia local.

Diante deste fato, a população vive sobre a maciça e degradante rotina diária de trabalho com exposição intensa ao lixo.

[Assinatura]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Porém nem toda a comunidade vive exclusivamente do lixo, existindo assim, uma pequena parcela em extensa área rural mais afastada, que vive a margem deste, complementando suas fontes de renda, por meio do plantio de pequenas culturas e da criação de animais.

População esta, residente a partir do Setor de Chácaras Cabeceira do Valle e região entorno a esta, estando desassistida dos básicos serviços públicos. Esta comunidade rural detém dezenas de crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, beneficiados pelos contratos de transporte escolar mantidos pela Secretaria de Estado de Educação.

Com base nesta informação, fica claro entender a real necessidade em função da demanda crescente hoje em curso em toda a região. Sendo assim, esta presente indicação tem por claro objetivo, buscar atender toda a população da Cidade Estrutural.

A Região Administrativa RA XXV, em caráter de urgência, tem as seguintes ações de governo a serem executadas:

Imediata implantação de linhas regulares de ônibus, que venham atender o Setor de Chácaras Cabeceira do Valle, cana do Reino e entorno a este, região rural pertencente à Cidade Estrutural – RA XXV.

A Constituição Federal, em seu artigo 7º, dispõe:

Art. 7º São direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades básicas e as de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, e previdência social.

A Lei nº 12.587 de 03 de Janeiro de 2012, em seus artigos 1º e 2º, dispõem:

Art. 1º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é instrumento da política de desenvolvimento urbano de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Parágrafo único. A Política Nacional a que se refere o caput deve atender ao previsto no inciso VII do art. 2º e no § 2º do art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 2º A Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

Lei Complementar nº 750, de 28 de dezembro de 2007 - Cria o Fundo de Trânsito do Distrito Federal - FTDF e dá outras providências.

Por tudo isso, encareço a especial atenção e, conseqüentemente, a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, à proposta.

Sala das Sessões, de novembro de 2013.

Deputado Distrital AGACIEL MAIA

Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
 DEPUTADO AGACIEL MAIA

INDICAÇÃO IND 14142 /2013

(Do Sr. Deputado AGACIEL MAIA)

L I D O
 Em, 2A, 1A, 1B
 Assessoria de Plenário

> SETAS - 000123 <

“Sugere ao Excelentíssimo senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da SEDAHB - Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, possível destinação como reserva legal de imóvel, com o propósito de conceder área contendo 05 (cinco) mil metros quadrados, hoje existentes na entrada do aterro sanitário, para imediata implantação e funcionamento da LIDEST – Liga Desportiva local, entidade pioneira na região, representante de 22 (vinte e duas) equipes amadoras de futebol junto a diversas categorias, responsável ainda pelo atendimento diário à dezenas de crianças e jovens carentes moradores na Cidade Estrutural – RA XXV.”

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, possível destinação como reserva legal de imóvel, com o propósito de conceder área contendo 05 (cinco) mil metros quadrados, hoje existentes na entrada do aterro sanitário, para imediata implantação e funcionamento da LIDEST – Liga Desportiva local, entidade pioneira na região, representante de 22 (vinte e duas) equipes amadoras de futebol junto a diversas categorias, responsável ainda pelo atendimento diário à dezenas de crianças e jovens carentes moradores na Cidade Estrutural – RA XXV.

11928



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Justificativa

> SET/13 - 000124 <

O significado da palavra “football”, traduzido para o português como futebol, é, literalmente, “bola nos pés. Segundo Mantovani e Frisselli (citando Oliveira (1995), Borsanetall (1975), História Ilustrada do Futebol Brasileiro (1968), sugere que exista, desde a pré-história à prática de jogos com bola, sendo “uma prática comum entre os primeiros homens a diversão chutando frutas ou mesmo crânios humanos .” O registro mais antigo que temos notícia em relação ao jogo com bola, particularmente o futebol, é de um jogo praticado no Japão chamado Kemari. Este jogo era uma variação de um jogo surgido anteriormente na China, chamado de Tsu-Chu, que significa “golpear com os pés”. Na Grécia Antiga surge um jogo semelhante, o Hasparton. Com a invasão da Grécia por parte dos romanos, estes começam a denominar esta atividade como Haspartum. Na América pré-colombiana, um jogo de bola semelhante com o futebol atual, era praticado pelos índios Astecas, da Patagônia, do Chile e outros povos , que possuíam um aspecto recreativo.

Ao contrário das Américas, no velho continente os jogos de bola tinham como característica um aspecto mais violento, se parecendo como verdadeiras batalhas campais. Através dos séculos, foram criados vários jogos com bola, principalmente na Europa. Na Inglaterra, desde a Idade Média, era praticado jogo de bola com os pés semelhante ao Haspartum, que chegou a ter sua prática proibida por ter um aspecto muito violento.

A partir do século XIX, com o desenvolvimento cultural proporcionado pela sociedade, houve a necessidade de proporcionar mais lazer a população. De um jogo de bola praticado nas escolas e universidades inglesas surge, então, o futebol moderno que conhecemos atualmente e as suas primeiras regras.

Considerando que o futebol não é somente uma atividade esportiva, mas também uma atividade corporal e motora, esta é muito praticada pela população mundial, como lazer ou como meio de trabalho.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Reportando-se a realidade de comunidades carente à exemplo da Cidade Estrutural, este esporte é encarado de outra maneira, para muitas crianças e jovens, passar a ser à única chance de buscarem por meio deste quem sabe em um futuro próximo, à sobrevivência de muitas famílias. Diante deste cenário fático, esta indicação propõem oportunizar entidades que indiretamente ajudam a fomentar a prática deste esporte, acabando por serem reais redutores e colaboradores na queda dos índices de criminalidades nestas regiões.

A Região Administrativa RA XXV, em caráter de urgência, tem as seguinte a seguinte ação de governo a ser executada:

Concessão de área contendo 05 (cinco) mil metros quadrados, hoje existentes na entrada do aterro sanitário, para imediata implantação e funcionamento da LIDEST – Liga Desportiva local, entidade pioneira na região, representante de 22 (vinte e duas) equipes amadoras de futebol junto a diversas categorias, responsável ainda pelo atendimento diário à dezenas de crianças e jovens carentes moradores na Cidade Estrutural – RA XXV.

A Lei Complementar nº 388, de 1º de junho de 2001, publicada no DODF de nº 107 de 04/06/2001. Revogada pela Lei Complementar nº 755, de 28/1/08 – DODF de 29/01/08.

Art. 1º Esta Lei Complementar regula a Concessão de Direito Real de Uso e a Concessão de Uso de áreas públicas no Distrito Federal nos casos que especifica.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Por tudo isso, encareço a especial atenção e, conseqüentemente, a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, à proposta.

Sala das Sessões, de novembro de 2013.

Deputado Distrital AGACIEL MAIA

Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

> SETAS - 000126 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
 DEPUTADO AGACIEL MAIA

INDICAÇÃO: IND 14143 /2013

(Do Sr. Deputado AGACIEL MAIA)

L I D O
 Em. 21.11.13
 Assessoria de Plenário

> SETAS - 000127 <

“Sugere ao Excelentíssimo senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado do Idoso em parceria com a Secretaria de Estado de Obras, a construção, implantação e manutenção de um Centro de Atenção e Valorização do Idoso na Cidade Estrutural – RA XXV.”

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado do Idoso em parceria com a Secretaria de Estado de Obras, a construção, implantação e manutenção de um Centro de Atenção e Valorização do Idoso na Cidade Estrutural – RA XXV.

JUSTIFICAÇÃO

Estima-se hoje que a população da Cidade Estrutural já tenha alcançado 68.000 (sessenta e oito mil) habitantes, população esta que tem como economia principal todo processo de reciclagem oriundo de seu aterro sanitário. Processo gerido e administrado pelas dezenas de famílias e cooperativas de reciclagem ali existentes e em atividades na região, que impulsionam mensalmente a base da economia, em especial, junto ao comércio varejista local.

Diante deste fato, a população vive sobre a maciça e degradante rotina diária de trabalho com exposição intensa ao lixo, não havendo nenhum tipo de assistência ou orientação sócio educativa pertinente aos direitos previdenciários individuais ofertados pelo Estado.

SECRETARIA DE OBRAS - 2013/11/29

11928

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Grande fatia desta população é composta por analfabetos e semi analfabetos, em sua maioria de idosos, sem contar com outros mais em fase de envelhecimento que expostos à própria sorte, se expõem aos inúmeros acidades, que mensalmente ocorrem nas áreas de descarga no aterro sanitário local. Sendo assim, esta presente indicação tem por claro objetivo, buscar atender toda a população da Cidade Estrutural.

A Região Administrativa RA XXV, em caráter de urgência, tem as seguintes obras e ações de governo a serem executadas:

Obras para a construção, implantação e manutenção de um Centro de Atenção e Valorização do Idoso, sugerindo reserva prévia de possível imóvel existente na A/E – Área Especial Central na Cidade Estrutural – RA XXV.

A Constituição Federal, respectivamente em seus artigos 5º, 6º e 7º dispõe:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade....

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º. São direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;

Por tudo isso, encareço a especial atenção e, conseqüentemente, a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, à proposta.

Sala das Sessões, de novembro de 2013.



Deputado Distrital AGACIEL MAIA

Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

DEPUTADO AGACIEL MAIA

INDICAÇÃO **IND 14144 /2013**

(Do Sr. Deputado AGACIEL MAIA)

L I D O
Em, 21/11/13
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

> SET/13 - 000129 <

“Sugere ao Excelentíssimo senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da SES - Secretaria de Estado de Saúde, em parceria com a Secretaria de Estado de Obras, a construção e implantação de uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento na Cidade Estrutural – RA XXV.”

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do por intermédio da SES - Secretaria de Estado de Saúde, em parceria com a Secretaria de Estado de Obras, a construção e implantação de uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento na Cidade Estrutural – RA XXV.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação tem por claro e único objetivo, buscar em caráter de extrema urgência, minimizar o gigantesco déficit existente quanto a impossibilidade para a prestação dos serviços públicos ofertados, ou seja, necessária atenção imediata à saúde de toda a população da Cidade Estrutural, onde hoje, no auge de seus 68.000 (sessenta e oito mil) habitantes, disponibiliza apenas de um único posto de saúde, insuficiente diante da gigantesca demanda.

A Região Administrativa RA XXV, em caráter de urgência, tem as seguintes obras e ações de governo emergenciais a serem executadas:

Obras emergenciais para construção, implantação e manutenção de uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento na Cidade Estrutural – RA XXV.

RECEBUEMOS
2013/11/29
[Assinatura]

[Assinatura]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

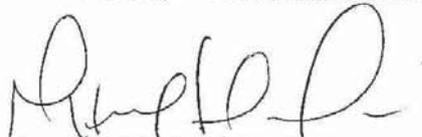
A Constituição Federal, em seu artigo 7º, dispõe:

Art. 7º São direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades básicas e as de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, e previdência social.

Por tudo isso, encareço a especial atenção e, conseqüentemente, a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, à proposta.

Sala das Sessões, de novembro de 2013.



Deputado Distrital AGACIEL MAIA

Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

> SETAS - 000130 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

DEPUTADO AGACIEL MAIA

INDICAÇÃO

IND 14145 / 2013

(Do Sr. Deputado AGACIEL MAIA)

L I D O
Em 21/11/13
Assessoria de Plenário

> SETAS - 000131 <

“Sugere ao Excelentíssimo senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da DETRAN – Departamento de Trânsito em parceria com a NOVACAP, a instalação imediata e manutenção de redutores de velocidade, faixas de pedestre e sinalização pertinente junto a todas as vias de grande fluxo na Cidade Estrutural – RA XXV.”

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da DETRAN – Departamento de Trânsito em parceria com a NOVACAP, a instalação imediata e manutenção de redutores de velocidade, faixas de pedestre e sinalização pertinente junto a todas as vias de grande fluxo na Cidade Estrutural – RA XXV.

JUSTIFICAÇÃO

A Cidade Estrutural é conhecida como sendo o local que recebe todo tipo de dejetos produzidos, a exemplo do lixo doméstico sendo ele orgânico ou não, além de milhares de toneladas de entulho que chegam diariamente de todas as partes do Distrito Federal.

Diante deste cenário bizarro, centenas de caminhões pertencentes às empresas públicas e particulares, trafegam em alta velocidade sem qualquer controle 24 horas por dia nas vias internas de acesso ao aterro sanitário deteriorando todo tipo de asfalto já aplicado ou a ser aplicado, todo tipo de redutores já instalados ou a precária sinalização ali existente.

SECRETARIA DE PLANO DE TRABALHO
11978
B. Costa



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Neste cenário é perceptível o considerável aumento não só da frota local, mas alheia a esta, que acessa a região, ocasionando grande crescimento nos índices de acidente de trânsito, envolvendo veículos e pedestres. A presente indicação tenta buscar atender toda a população quanto a demanda ora relatada.

A Região Administrativa RA XXV, em caráter de urgência, tem as seguintes obras e ações de governo a serem executadas:

Obras para a instalação imediata e manutenção de redutores de velocidade, faixas de pedestre e sinalização pertinente junto a todas as vias de grande fluxo na Cidade Estrutural – RA XXV.

A Lei nº 12.587 de 03 de Janeiro de 2012, em seus artigos 1º e 2º, dispõem:

Art. 1º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é instrumento da política de desenvolvimento urbano de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município.

Parágrafo único. A Política Nacional a que se refere o caput deve atender ao previsto no inciso VII do art. 2º e no § 2º do art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 2º A Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

Lei Complementar nº 750, de 28 de dezembro de 2007 - Cria o Fundo de Trânsito do Distrito Federal - FTDF e dá outras providências.

Por tudo isso, encareço a especial atenção e, conseqüentemente, a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, à proposta.

Sala das Sessões, de novembro de 2013.

Deputado Distrital AGACIEL MAIA

Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

DEPUTADO AGACIEL MAIA

INDICAÇÃO IND 14146 /2011

(Do Sr. Deputado AGACIEL MAIA)

L I D O
Em 21/11/13
Assessoria de Plenário

> SETAB - 000133 <

“Sugere ao Excelentíssimo senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da DETRAN – Departamento de Trânsito, estudo e avaliação técnica emergencial por meio de seu núcleo de engenharia de trânsito quanto a atual complexidade de tráfego existente junto a Avenida Luiz Estevão na Cidade Estrutural – RA XXV.”

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da DETRAN – Departamento de Trânsito, estudo e avaliação técnica emergencial por meio de seu núcleo de engenharia de trânsito quanto a atual complexidade de tráfego existente junto a Avenida Luiz Estevão na Cidade Estrutural – RA XXV.

JUSTIFICAÇÃO

A Cidade Estrutural é conhecida como sendo o local que recebe todo tipo de dejetos produzidos, a exemplo do lixo doméstico sendo ele orgânico ou não, além de milhares de toneladas de entulho que chegam diariamente de todas as partes do Distrito Federal.

Diante deste cenário bizarro, centenas de caminhões pertencentes as empresas públicas e particulares, trafegam em alta velocidade sem qualquer controle 24 horas por dia nas vias internas de acesso ao aterro sanitário, deteriorando todo tipo de asfalto aplicado ou a ser aplicado, todo tipo de redutores e sinalizações já instalados em precário estado de conservação.

RECEBIDA NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EM 21/11/2013

8611
Bater



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Neste cenário, é perceptível considerável aumento não só da frota local, mas alheia a esta, que acessa a região, ocasionando também grande crescimento nos índices de acidente de trânsito, envolvendo veículos e pedestres. A presente indicação tenta buscar atender toda a população quanto a demanda ora relatada.

A Região Administrativa RA XXV, em caráter de urgência, tem as seguintes ações de governo a serem executadas:

Estudo e avaliação técnica emergencial por meio de seu núcleo de engenharia de trânsito quanto a atual complexidade de tráfego existente junto a Avenida Luiz Estevão na Cidade Estrutural – RA XXV.

A Lei nº 12.587 de 03 de Janeiro de 2012, em seus artigos 1º e 2º, dispõem:

Art. 1º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é instrumento da política de desenvolvimento urbano de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município.

Parágrafo único. A Política Nacional a que se refere o caput deve atender ao previsto no inciso VII do art. 2º e no § 2º do art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 2º A Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

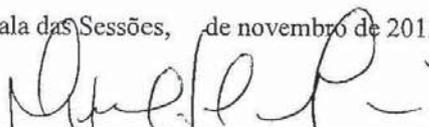
Lei Complementar nº 750, de 28 de dezembro de 2007 - Cria o Fundo de Trânsito do Distrito Federal - FTDF e dá outras providências.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA
DEPUTADO AGACIEL MAIA

Por tudo isso, encareço a especial atenção e, conseqüentemente, a aprovação dos ilustres Senhores Deputados, à proposta.

Sala das Sessões, de novembro de 2013.



Deputado Distrital **AGACIEL MAIA**

Vice-Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

> SETAS - 000135 <

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 105ª
(CENTÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O PL Nº 1.693, DE 2013, QUE "AUTORIZA A
CESSÃO DE USO DO MUSEU DA REPÚBLICA HONESTINO
GUIMARÃES À UNIÃO".
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Celina Leão a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

- Ata da 104ª Sessão Ordinária.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A presente comissão geral, conforme Requerimento nº 2.898, de 2013, de autoria dos Deputados Celina Leão, Olair Francisco e Liliane Roriz, destina-se a debater o Projeto de Lei nº 1.693, de 2013, que "autoriza a cessão de uso do Museu da República Honestino Guimarães à União".

Convidamos todos os Deputados, servidores e demais convidados a se dirigirem ao plenário desta Casa para o início dos debates desta comissão geral.

A reunião será suspensa por cinco minutos para que os convidados se acomodem no plenário.

(Suspensa às 15h58min, a sessão é reaberta às 16h05min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Eu tenho a honra de declarar aberta esta Comissão Geral para debater o Projeto de Lei nº 1.693, de 2013, que "autoriza a cessão de uso do Museu da República Honestino Guimarães à União".

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Convido a tomar assento à Mesa: o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, Hamilton Pereira da Silva; o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Administração de Museus – IBRAM, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos; a Sra. Presidente da Associação Candanga dos Artistas Visuais, Flávia Boeckel; o Sr. Coordenador do Colegiado Setorial de Arte Urbana do Distrito Federal, Cirilo Quartim; o Sr. Diretor do Museu Nacional Honestino Guimarães, Dr. Wagner Barja; o Sr. Henrique Gougon, artista plástico; o Sr. Luiz Felipe Vitelli, ambientalista, artista plástico e membro do Colegiado Setorial de Artes Visuais.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu gostaria de registrar a presença da colega Líder de Governo, Deputada Arlete Sampaio.

Eu, junto com meus colegas, tanto a Deputada Celina Leão, quanto o Deputado Olair Francisco, somos presidentes desta iniciativa de trazer aqui para esta Casa uma discussão sobre a transferência do Museu da República para o Governo Federal. Portanto, seria de bom tom que escutássemos... Nós tivemos a iniciativa em conjunto de fazermos esta audiência pública para ouvir e discutir o que seria o

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	

melhor para a nossa cidade. Eu tenho minha opinião. Vou deixá-la para o final, juntamente com os meus colegas.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Boa tarde a todos. Saúdo todos os funcionários, todos os servidores, todo o meio cultural que se faz presente nesta Comissão Geral. Eu agradeço aos meus colegas. Nós iríamos fazer esta comissão há duas semanas, e a Deputada Liliane Roriz me disse: “Deputada, se tem um trabalho que eu estou fazendo é esse trabalho, desde o começo, com o pessoal do museu”. Eu e o Deputado Olair Francisco já tínhamos uma comissão marcada e falamos: “Não, Deputada. Vamos unir forças e vamos fazer juntos nessa data”, que é a data de hoje.

Então, primeiro, eu queria agradecer à Deputada Liliane Roriz, que nos ajudou. A três mãos, nós montamos esta Comissão Geral. Eu agradeço a presença do Secretário de Cultura, Dr. Hamilton.

Muitas vezes, Deputada Arlete Sampaio, nós fazemos as comissões gerais e audiências públicas e não temos nenhum representante do governo. Então, ficamos felizes, na tarde de hoje, de termos um representante do Executivo para debater conosco, para trazer posições do Executivo para nós, senão o debate fica inócuo. O Deputado Olair Francisco disse para mim, um pouco mais cedo, antes de nós começarmos, que ele, mesmo sendo autor conjunto, terá que sair. Então, eu quero passar a palavra, primeiro, para o Deputado Olair Francisco, que foi a primeira pessoa a nos apoiar quando levantamos a bandeira contra a cessão da gestão ao Governo Federal; então, agradeço aqui este apoio.

Quero registrar também a presença do Vice-Presidente, Deputado Agaciel Maia. Quando desejar, a palavra será franqueada a V.Exa. A Deputada Arlete Sampaio, nossa Líder de Governo, também se faz presente, uma pessoa muito querida.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco, que terá de sair.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Boa tarde a todos. Saúdo a Deputada Liliane Roriz, a Deputada Celina Leão, a Deputada Arlete Sampaio e o Deputado Agaciel Maia. Saúdo, em nome do governo, o Secretário de Cultura, Hamilton. Saúdo todos.

Deputada Arlete Sampaio, o importante é a organização. Lembro-me de que, quando eu estava chegando para a reunião de Líderes, fui abordado por alguns senhores e senhoras. Conversei prontamente na mesma hora com a Deputada Celina Leão, logo saiu o encaminhamento para essa comissão geral. Já tínhamos a data, seria na semana passada, mas devido ao feriado prorrogamos para esta semana.

Deputada Celina Leão, Deputada Liliane Roriz, todos os presentes, estou ansioso para ouvir o nosso Secretário de Cultura. Após a minha explanação, acho

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 4

que ele deveria ser o primeiro a ser ouvido, porque o governador no dia de hoje convidou os deputados da base governista para um almoço. Um dos temas que ele tocou no almoço foi o assunto da comissão geral de hoje, que trata da cessão do espaço cultural do nosso museu para o Governo Federal. Em uma explanação rápida, S.Exa. conseguiu nos passar no almoço, principalmente para mim, um entendimento diferente daquele que eu tinha.

É muito importante esclarecermos todos os pontos de interrogação com o nosso Secretário de Cultura. O acervo federal virá; a cessão só será por dez anos, não será definitiva; a manutenção será pelo Governo Federal. Isso foi o que eu entendi. Por isso, é importante, Deputada Celina Leão, Deputada Liliane Roriz, nós nos organizarmos. Essa comissão hoje é fundamental para tirarmos todas as dúvidas, ouvirmos todos os segmentos, o lado do governo e o lado dos nossos representantes sociais que estão aqui presentes, para tirarmos todas as dúvidas e encontrarmos um entendimento para que possamos votar ou retirar esse projeto.

Devemos encontrar um caminho em que nem Brasília nem o cidadão percam. Já valeu a pensa fazermos esta comissão geral. O primeiro passo foi dado, e muito bem dado. Parabéns à Deputada Celina Leão e à Deputada Liliane Roriz. Agradeço ao nosso Presidente, à Mesa Diretora desta Casa, pois conseguimos rapidamente uma data para transformarmos a sessão de hoje em comissão geral a fim de tirarmos qualquer dúvida em relação a isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Exmo. Vice-Presidente desta Casa, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Pessoal, boa tarde. Eu quero parabenizar a iniciativa da Deputada Liliane Roriz, da Deputada Celina Leão, do Deputado Olair Francisco de fazerem esse debate em audiência pública. O processo legislativo tem melhorado bastante. Antes, aqui na Câmara Legislativa, os projetos enviados pelo governo ou pelos próprios deputados, quando era matéria de iniciativa de deputado, ficavam aqui dentro de uma bolha, dentro de uma caixa. Eram aprovados e, às vezes, quando descobriam os erros, já era tarde, porque já tinham sido sancionados.

O processo legislativo, Deputada Arlete Sampaio, nesta legislatura, tem-se aperfeiçoado, porque nós temos feito audiências públicas, geralmente na quinta-feira, quando a sessão ordinária tem sido transformada em comissão geral para debater os assuntos. E todas as matérias que estão tramitando, os projetos importantes, têm tido audiências públicas, quando vem o pessoal da área discutir, são professores universitários e vários segmentos da população que vêm aqui colocar as suas posições. Uns são contra, outros a favor. Isso é muito importante. Parece que isso dá mais lentidão ao processo decisório – geralmente o governo gosta de um processo decisório mais acelerado –, mas as audiências públicas trazem mais eficácia na produção dessas leis aqui dentro da Câmara Legislativa. As informações trazidas dos segmentos da sociedade têm permitido a todos nós

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	5		

aperfeiçoarmos os textos que geralmente vêm e são produzidos, às vezes, por algum tecnocrata ou burocrata que acha que é dono da razão e que conhece tudo.

Quando se discute um tema dessa natureza, nós vemos pessoas que são favoráveis e pessoas que são contrárias – estamos aqui hoje com o Secretário de Cultura. Com a visão da minha experiência profissional, acredito que o mais importante é que haja condições de se preservar a estrutura. Se ela vai ser do GDF, se ela será federalizada, o mais importante – e é o que a sociedade gostaria que fosse respondido – é que se dê oportunidade para que obras de arte e diversas outras formas de cultura sejam preservadas e que a população tenha acesso. Eu tenho um exemplo claro.

Nós, no Senado Federal, temos várias peças valiosas que estão trancadas dentro de um cofre. Nós temos uma placa, Deputada Liliane Roriz, que poucas pessoas conhecem. Poucas pessoas sabem, mas, quando Rui Barbosa recebeu aquele título de Águia de Haia, ele foi representando o Senado, na Holanda. Tamanho foi o destaque dele lá que, quando ele voltou, os senadores fizeram uma placa. Essa placa, que geralmente o pessoal faz de bronze, foi feita de ouro, e pesa mais de um quilo de ouro, mas nós nunca tivemos condições de tirar essa placa do arquivo para expor. É por isso que poucas pessoas sabem dessa placa de ouro. Só quando veio uma exposição do Museu Imperial do Rio de Janeiro, que trouxe o espadim de D. Pedro I e várias peças do Brasil da época da monarquia, foi que tivemos a oportunidade de mostrar, porque se fez um seguro. Tivemos que segurar todas essas peças e tivemos uma segurança reforçada, inclusive com policiais dentro do próprio Congresso. Na realidade sabíamos que nem isso podia, mas, por questão de segurança, tivemos que fazer tudo isso.

Existem manuscritos. Nós temos manuscritos originais de Machado de Assis trancados em armários, salas-cofres, porque nós não temos condições de fazer exposição, de doar, até mesmo para uma área em que a população possa ter conhecimento de sua história.

Recentemente, tivemos a oportunidade de entregar o termo de posse de Juscelino Kubitschek no Senado para o Memorial JK – poucas pessoas sabem que ele foi senador. Existem obras de Tarsila do Amaral e de Di Cavalcanti, todas elas praticamente encaixotadas e guardadas, porque a preocupação é muito grande devido ao valor.

Então, essa discussão da estrutura é uma discussão para ser feita aqui mesmo, dentro de audiências públicas, para saber... Diga-me uma coisa, quais são os pontos positivos e negativos desse projeto que transfere o Museu, por uma concessão de x tempo para a União? É importante citar isso. Em termos de estrutura funcional, existem duas coisas: existe o espaço físico, existe o aspecto de frequência da população para conhecimento, e existe o problema de funcionamento de recursos humanos. Como vão funcionar esses recursos humanos, que hoje funcionam pela

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

Secretaria de Cultura? Dada a amplitude de se trazer obras de arte e coisas valiosas que estão aí pelo Banco Central, pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados e por tantos outros, o GDF vai dar suporte? Serão criados cargos? Os cargos vão passar para a União? Os cargos em comissão dessa estrutura serão também federalizados, serão criados dentro do ministério específico que vai cuidar disso?

O assunto mais complicado que tem de tudo isso, já que o próprio nome é Museu da República – a princípio a denominação dá uma conotação de que é uma coisa nacional, não estadual, senão não se chamava Museu da República –, é que os recursos humanos que vão fazer a gestão desse patrimônio são a grande discussão. Não se pode transferir uma coisa para a Federação sem levar em conta as pessoas que hoje estão envolvidas nesse processo. A única coisa que importa, na realidade, nessa discussão, pelo que eu tenho percebido, Deputadas, Deputados e convidados presentes, é exatamente isto: achar uma fórmula inteligente de melhorar, absorver essa mão de obra envolvida nesse processo e até ampliá-la. Se o museu for passado, por que não passar também, extinguindo o GDF, e criar um quadro específico e até mais ampliado, pois será necessário, dentro da nova concepção do museu, conforme prevê o projeto, passando para a União, em vez de ficar no GDF. Essas são as colocações que eu gostaria de fazer nessa primeira audiência pública a respeito do assunto.

Agradeço e parabeno a iniciativa da Deputada Celina Leão, da Deputada Liliane Roriz e do Deputado Olair Francisco de trazer a debate esse assunto.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Muito obrigada, Deputado Agaciel Maia.

Convido a fazer uso da palavra o Sr. Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, Romário Schettino.

- SR. ROMÁRIO SCHETTINO – Boa tarde, Deputadas e Deputados, companheiras e companheiros, amigos da luta cultural de Brasília.

Agradeço a oportunidade de externar minha opinião como Presidente do Conselho de Cultura, mas devo também fazer uma ressalva. Essa questão ainda não foi completamente debatida no conselho, portanto, ela não reflete a opinião de todos os conselheiros. Mas é óbvio que ela já foi discutida no conselho, já houve algumas manifestações do conselho em relação a questões ligadas ao Museu da República. Particularmente tenho conversado com os artistas, com os gestores do museu e da secretaria, e com o próprio Secretário de Cultura.

Considero que o Governo do Distrito Federal, o Governo Agnelo, tem se esforçado muito na recuperação da estrutura cultural do Distrito Federal, que foi destruída nos governos anteriores. Quando esse governo assumiu, houve um levantamento na gestão, na transição de governo, em que documentos relataram

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21	11	2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

verdadeira terra arrasada na área da cultura – todos os espaços culturais abandonados, fechados ou destruídos. O governo realizou algum esforço na recuperação de vários deles, evidente que ainda falta muito a fazer, e chegamos à questão do museu, que é o fundamental na reunião de hoje.

Essa opção que o governo apresenta de transferir o museu para a União, para o Ministério da Cultura, representado pelo Ibram, tem componentes que são polêmicos, que geram discussões como essa. Mas, fundamentalmente, é preciso achar uma maneira – aí eu estou concordando com ela – de uma gestão compartilhada do Distrito Federal e União. Como essa gestão compartilhada vai se dar é uma discussão que precisa ser ampliada e aprofundada, tanto no âmbito do ministério, quanto no GDF, quanto na comunidade. A comunidade mesmo tem opiniões diferentes, divergentes, de como fazer essa gestão compartilhada. Mas eu acho que a palavra-chave é a gestão compartilhada desse espaço cultural, que é caro, que é necessário à cidade como instrumento de mobilização e de movimentação cultural.

O conselho se dispõe a aprofundar esse debate no momento em que ele for necessário. E deixo aqui, em meu nome pessoal e em nome de algumas pessoas com quem eu tenho conversado, essa preocupação de encontrar uma saída, encontrar uma forma de manter a ideia de gestão compartilhada, que não é nova, já está no nascimento da ideia. Desde que esse museu foi inaugurado lá no Governo Roriz, houve uma montagem de uma equipe, de uma tripartite – Governo, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, e GDF, e até a UnB participou disso –, e elaborou-se uma fórmula de gestão compartilhada, que não foi implementada, não teve prosseguimento. Então, talvez, seja esse o momento de a gente trazer de volta a ideia e aprofundar o tema. É isso o que eu gostaria de dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu gostaria de convidar a fazer uso da palavra o Sr. Luciano Lima, jornalista, produtor cultural e radialista.

SR. LUCIANO LIMA – Eu gostaria de saudar, em nome da Mesa, a Deputada Liliane Roriz; a Deputada Celina Leão, minha amiga; com carinho e muito respeito o Secretário Pedro Tierra; o Hamilton Pereira; o meu amigo Rênio Quintas; o Fórum de Cultura; e todos os artistas que aqui estão. Eu até me sinto um pouco impotente, minha dama do Teatro Nacional, queria fazer uma homenagem especial a ela, Gisele Santoro, que tanto amo, tanto admiro e de quem tanto gosto. (Palmas.)

Diante de tanta gente importante, de tantos artistas maravilhosos, sinto-me até um pouco impotente em falar sobre cultura e sobre o Museu Nacional. Quando a gente fala de cultura, apesar de militar nessa área desde os 20 anos de idade, ou seja, desde 1987, 1988, o governo, o Estado sempre é muito lento. Essa é a grande verdade. Tenho certeza de que o Secretário Pedro Tierra não vai discordar de mim, apesar de estar no governo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

Eu gostaria de, com todo respeito, fazer uma ressalva ao que o Romário Schettino disse. Com todo respeito ao Romário, que é diretor na área de cultura, é um cara que eu respeito bastante, os espaços estão abandonados e falta quase tudo.

Acho que Deputado Agaciel Maia foi muito feliz quando falou que essa audiência pública está aqui para escutar quem realmente interessa. Acho que o mais grave nessa história toda é a desculpa pela federalização do espaço. É dizer que não tem dinheiro. Não acreditei quando escutei isso, sinceramente. Ah, o Wagner Barja está aqui também, artistas que a gente tem que respeitar, como o Professor Rênio Quintas.

Quando a gente fala que não tem dinheiro, a gente fica pensando naquele coliseu que está ali: 2 bilhões de reais. É, mas não tem dinheiro para a cultura. É que cultura não é prioridade, eu acho, cultura não é muito prioridade neste País. Mas eu acho que a gente precisa realmente fazer uma grande reflexão sobre a federalização do espaço, que eu acho que não é necessária, não tem nenhuma necessidade. Eu acho que a gente só está passando responsabilidade. Aí vieram dizer que foi a Presidente Dilma que pediu. Coitada, não está nem sabendo. Eu tenho certeza de que não foi a Presidente Dilma que pediu isso, eu não acredito nessa possibilidade.

Esse debate é muito profícuo. Eu acho que não tem que aprovar esse projeto agora, Deputada. Vamos analisar com mais carinho, vamos enterrá-lo um pouquinho, vamos discutir com a sociedade, com quem está aí, com esses artistas maravilhosos. Vamos pensar um pouquinho mais nesse projeto que eu acho que merece uma reflexão. Não minha porque eu sou um pobre coitado com 40 anos. Tem gente aí que é artista plástico há tantos anos, que trabalha... Aqui vão passar por esta tribuna pessoas que estão lá no museu todo dia. Eu conheço o museu, gosto muito dele, sou músico nesta cidade, atuo nela há muitos anos, inclusive tenho seis anos passando pela Rádio Cultura. Eu só peço isso, só isso, Deputada: converse com os Deputados da base governista que estão aqui. Só um pouquinho de sensibilidade do governador para dar uma repensada nesse projeto, porque não há necessidade de federalizar o Museu Nacional. A gente vai desfigurar o complexo, vai ficar o Museu Nacional para um governo gerir e a Biblioteca pra outro...

Há uma frase aqui que eu achei muito interessante, muito legal: o museu é nosso. Se a lógica desse governo é entregar para a União tudo que ele não consegue administrar, então não é melhor chamar a Presidente Dilma para assumir o Palácio do Buriti? Porque há problemas em praticamente todas as áreas. Então, não é por aí. Sem radicalismo. A gente tem muito respeito. Eu tenho muito respeito pelo Secretário Hamilton Pereira, é um homem por quem tenho muito respeito, é um artista desta cidade. Mas vamos repensar. É só isso que eu peço, Deputada Arlete Sampaio, que eu sei que não é a favor da federalização do Museu Nacional.

Obrigado, galera.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Obrigada, Luciano.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputada Liliane Roriz, se me permite, eu quero agradecer a presença do Luciano em todos os grandes debates aqui que envolvem cultura. No Dia do Diabetes ele também estava presente aqui, tem um programa de rádio maravilhoso no qual eu já tive a oportunidade de estar presente. Parabéns, Luciano.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esteve também acompanhando a questão do PPCUB, Deputada Celina Leão, e juntos tivemos muitas discussões. Vencemos parcialmente, mas 100% ainda não. Eu tenho certeza absoluta de que nós seremos vencedores nessa causa. Com certeza nós não vamos deixar que o museu, que é nosso, patrimônio nosso, que pertence à nossa cidade, ao povo do Distrito Federal, passe para a União.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Márcio Apolinário, membro do Colegiado de Músicos de Brasília.

SR. MÁRCIO APOLINÁRIO – Boa tarde. Quero saudar a Mesa em nome do Vitelli, saudar o plenário em nome da nossa Deputada Arlete Sampaio. Vim aqui fazer uma fala. Não sou muito de falar, gosto mais de agir, mas vim pedir mais transparência nas questões culturais aqui da cidade. Que não haja medidas de cima pra baixo, impondo à classe cultural, em regime de urgência, o pedido da federalização do museu. O museu é um equipamento público que está funcionando bem, que dialoga com todas as linguagens da cultura, a cultura popular, a música, o teatro, a dança, o artesanato. Há várias instâncias de diálogo: conselhos, colegiados, fóruns, vários movimentos sociais aqui pela cidade. Essa imposição realmente nos deixa triste, e a gente pede uma reflexão de todos os Deputados para que voltem esse debate para quem faz cultura na cidade, para quem é do campo da cultura, para toda a cadeia produtiva da cidade. Queremos o Distrito Federal como referência cultural e como um modelo que sirva de exemplo para todo o País.

Contamos com a ajuda de vocês. Quero parabenizar a todos que estiveram presentes. Há um número considerável de pessoas aqui, mas o grupo é muito maior. Agradeço a todos da Mesa pela convocação e pela abertura para toda a sociedade discutir.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Muito obrigada. Quero registrar a presença do Exmo. Sr. Prefeito de Água Fria, João de Deus, que também está preocupado com essa mudança do museu para o Governo Federal. O Sr. Prefeito é um homem que participa muito da cultura da cidade.

Concedo a palavra ao Sr. Renato José de Oliveira, produtor cultural.

SR. RENATO JOSÉ DE OLIVEIRA MAGALHÃES – Boa tarde. Não sei fazer teatro, sou produtor cultural, mas simplesmente quero falar o que penso como ativista. Resolvi ser ativista agora, deixei até de ser produtor cultural, porque a gente não aguenta mais. Nascemos, sim, depois da Constituição, e a única coisa que vimos de política foi a televisão mudar de cor, o avanço da telefonia, o desenvolvimento

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	

dos *softwares*. Parece que essa política ficou estagnada para nós. A gente se politizou em rede, de forma horizontal. Vamos para as ruas, estamos nas ruas de todo o Brasil como jovens e como cidadãos, aprendendo a exercer a nossa cidadania. Nunca falei em um lugar como esse na minha vida.

É o seguinte: nós simplesmente não confiamos no governo atual, nos governos sem reforma política e sem reforma eleitoral, nós acreditamos que o museu é um lugar muito importante, é onde os jovens se encontram, e ficamos com medo disso que não sei se é bem privatização. A gente fica com esse medo, porque o que acontece no Brasil é que acabamos de ter a questão do pré-sal. O que entendemos como jovens é que o Brasil vendeu para o Brasil para comprar do Brasil para ficar com 40%. Nessa questão da federalização, nós ficamos com medo, na verdade, de o Exército fazer essa segurança e os movimentos sociais não poderem estar por lá. É uma preocupação, o pessoal estava discutindo isso na rede, e a gente sem saber realmente o que era, sem saber o que é isso.

Há a questão de a pessoa vir falar que existe um acervo, um patrimônio que está aí, e o povo brasileiro não tem acesso a ele. Se existem tantos recursos, o nosso País, que é um país continental, tem é que criar mais museus e não dividir um deles. São questões que não vou nem falar, senão vou acabar dizendo uma coisa que não devo aos senhores. Ficamos revoltados com tudo isso. É simples. Nós queremos mais educação, mais saúde, mais segurança e mais museus. Não que se pegue um museu e o dívida. O Brasil é um país continental, nós precisamos ter acesso a esse patrimônio, a essa educação. Vai pegar o Museu Nacional e tudo vai ficar nele? A única coisa que eu posso falar para vocês é: "Fala sério, né?"

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É muito legal ouvir a fala do Renato. Acho que sou da sua geração também, Renato, e agora teremos os novos ativistas que estão nas ruas. Parabéns a você, já exercendo a sua cidadania.

Algumas pessoas, os artistas, vieram aqui sugerir que se alternassem as falas, um da Mesa, e um de vocês.

Nós vamos acatar a sugestão de vocês e vamos conceder a palavra ao primeiro inscrito da Mesa, o Sr. Luiz Felipe Vitelli, ambientalista, artista plástico e membro do Colegiado Setorial de Artes Visuais, representando o Presidente do Colegiado Setorial de Artes Visuais, Toninho de Souza.

SR. LUIZ FELIPE VITELLI – Boa tarde a todos e a todas; à Mesa, nas pessoas da Deputada Liliane Roriz e da Deputada Celina Leão; Hamilton, demais colegas, Gougon, Wagner Barja, Cirilo.

Pessoal, a cultura é sempre, independentemente de governo, deixada de lado. Isso é claro. A federalização ou transferência para o Governo Federal do Museu, ele é um espaço da população, e é a população que manda. Inclusive, esta

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

Casa aqui tem que, pelo menos, direcionar o que quer e o que não quer, e não simplesmente fazer na surdina, por decreto ou por projeto de lei.

Nós estamos na 3ª Conferência Nacional de Cultura. Passamos pela terceira deste governo, distrital, e agora pela quarta, e muitas coisas foram encaminhadas. Quando Roma dominou a Grécia, ela fez de tudo. Dominou a Grécia, mas a cultura, não. Absorveu-a. Olha a importância da cultura como identidade de um povo: diferencia-nos como um grupo social, como um país. Essa é a importância da cultura, mas os governantes sabem que ela é perigosa e a deixam de lado, camuflam, fazem isso aí.

Nós estamos querendo não só a permanência da tutela do Governo do Distrito Federal sobre o Museu, como também a construção de complexos culturais em cada satélite. Um bilhão e meio para construir aquele elefante branco futuro ali! Eu quero saber se alguém tem a resposta de quanto a Beyoncé pagou de aluguel para ganhar milhões ali em cima. Eu ainda não sei. Quanto foi que o Aerosmith ganhou – sei lá quantos mais ganharam – no aluguel desse elefante branco futuro?

Sessenta e quatro milhões dão vinte complexos culturais em vinte regiões administrativas. Isso está no Plano Nacional de Cultura. Enrolaram-nos porque foi encaminhada, na 2ª Conferência de Cultura, a construção deles. Município acima de 50 mil habitantes – corrija-me se eu estiver errado – tem direito e obrigação de ter um complexo cultural. Complexo cultural, gente, não é casa de cultura.

Outra questão que foi dita, a de Planaltina, que funcionou até meados de 1992, foi transferida simplesmente para o Funções Múltiplas, que não funciona para nada. Nós somos ativistas, eu falo como ativista cultural. Sou presidente da Tribo das Artes, são treze anos de estrada, do Contra In-Versos, e lá no Recanto das Emas, eu faço cultura, eu pratico cultura, eu cultuo cultura, como todos aqui presentes. Mas as coisas, de repente, são encomendadas.

O PPCUB, para quem não sabe, é esquitejamento imobiliário do Distrito Federal. Eu falo como morador do Distrito Federal, não falo como morador de Brasília, não. Eu já morei na QND 37, moro hoje em Planaltina, morei no Guará, morei na 416 Sul, portanto sou Distrito Federal. O que eu vejo, gente, é esquitejamento. As coisas são feitas simplesmente sem consultar a comunidade.

Aqui nos está sendo dada a oportunidade de dizermos que queremos a permanência do Museu sob a tutela do GDF. Isso é claro para mim, mas se é gestão compartilhada, o que for, eu sei que a Cultura tem dinheiro. Agora, o que nos interessa está lá na ponta da mangueira, na administração das satélites. A gente faz cultura todo dia, não são eventos milionários vindos de fora, não. Nós fazemos cultura de verdade, resgate da cultura. Eu falo com a maior tranquilidade isso.

Precisamos de um espaço lá, e nós não temos. Foi-nos prometido, nós temos terreno — eu falo de Planaltina —, temos já um projeto, são 4 milhões e alguma coisa, mas ainda não aconteceu. Foi-nos prometido em 20 de janeiro. Viu, Hamilton?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	

O senhor se lembra disso lá na igreja São Sebastião? Foi-nos prometido. Nas conferências de cultura, foi dito que cada região administrativa teria seu complexo cultural, que é muito mais do que uma casa de cultura.

Cultura, cultura, cultura é o que nós queremos. Espaços culturais é o que nós queremos, e não desafetação, transferência, eliminação, porque o que está acontecendo independe de governo. Eu sou morador desde 1969 daqui. Mudaram o que foi planejado. Estão esquartejando o Distrito Federal, áreas de nascente. Eu falo como ambientalista, formador de um único ponto, da Bacia do Tocantins e a do Prata. Olha o que temos pela frente, quando traz gente de todos os lugares! Eu já não posso, meu direito de ir e vir fica todos os dias estacionado no congestionamento ali no Grande Colorado. As coisas estão sendo mudadas a toque de caixa, a população só levando na cabeça, e mais nada.

Eu acho que é o querer de todo mundo aqui a permanência do museu sob a tutela do GDF, porque dinheiro tem – eu já andei lendo um texto ali e tem dinheiro. Agora, se é gestão compartilhada, que se faça: pega-se o um bilhão e meio que foi para o... Eu não gosto muito de futebol, não. Sou brasileiro, mas não gosto, não. Até porque a FIFA manda aqui, sabe? Eu fico preocupado com isto: quando chega uma federação aqui e manda até no governo; dá pito no Secretário de Esportes; diz o preço do que vai ser, como vai ser.

E tem mais: é um feudo, porque nas vezes em que há jogo ali, eu não posso chegar, é um quilômetro. Quer dizer, se eu quiser, tenho de deixar o meu carro lá longe e ir a pé. E cheio de polícia. E olha que isso aqui é uma democracia!

O Toninho não pôde vir porque está preparando a ida do Governador Agnelo a Sobradinho. Ele é outro camarada agente de cultura, artista plástico de nome. Muito obrigado. (Palmas.)

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Convido para fazer uso da palavra Cleide Soares, ela é da Casa.

SRA. CLEIDE SOARES – Boa tarde a todos e a todas, especialmente aos artistas desta cidade que estão aqui lutando contra a federalização do museu, contra sua cessão por dez anos, por um ano, seja o que for. Cumprimento o Secretário de Cultura e os Deputados presentes. Eu vou ler o documento que os artistas militantes ativistas culturais fizeram para entregar aos Deputados e Deputadas.

“Srs. Deputados Distritais e Sras. Deputadas Distritais da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nós, artistas, militantes culturais, estudantes, representantes da sociedade civil nos colegiados setoriais de cultura de todos os segmentos, do Fórum de Cultura do Distrito Federal, frequentadores dos espaços de arte, de música, teatro, literatura, moda, dança, culturas populares e tradicionais do Distrito Federal, vimos solicitar o apoio de cada um dos senhores deputados e deputadas distritais,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	

que representam os nossos interesses e de toda a população do Distrito Federal, para votarem contra o PL nº 1.693, de 2013, que "autoriza a cessão do Museu da República Honestino Guimarães à União".

Reiteramos o valor e a importância do Museu da República e de seu rico acervo de arte contemporânea como patrimônio cultural do Distrito Federal, por sua concepção, pelo conceito da atual administração, com uma política de formação e exposição de acervo em movimento, por ser um dos raros espaços sob a gestão do DF com programação constante e diversa, por sua abertura a todo tipo de público, moradores de qualquer parte do DF, do Entorno, do Brasil e do mundo.

A Secretaria de Estado da Cultura tem a obrigação de manter, e o movimento cultural não quer, de forma alguma, abrir mão desse precioso espaço de fruição, intercâmbio, troca e movimento de arte que, além de democrático e popular, está devidamente apropriado pela população do Distrito Federal, com quem tem forte identidade, comprovada pelo mais de um milhão de brasilienses que frequentaram seus espaços no último ano.

Somos artistas, produtores, fazedores e fruidores de arte e cultura de todas as cidades do DF, e o Museu é um dos poucos espaços de fácil acesso para nós, como público e como artistas. Seu acervo em constante crescimento e movimento nos fortalece enquanto espaço de produção e fruição da arte.

Precisamos do seu voto, Deputados e Deputadas Distritais, contra o PL nº 1.693, de 2013, e a favor do Distrito Federal. Queremos que defendam nossa cidade, por isso assinamos em conjunto este pedido: votem contra o PL nº 1.693, de 2013, que trata sobre a cessão do Museu da República Honestino Guimarães do GDF para a União.

Brasília, 21 de novembro de 2013". (Palmas.)

Queria fazer apenas um comentário. Eu queria lamentar a saída da Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo. A gente gostaria muito que ela participasse porque é uma pessoa da nossa confiança, assim como o Presidente, Deputado Wasny de Roure, bem como todos os Deputados desta casa. Nós não temos com quem contar. Nós temos que contar com os Deputados e Deputadas daqui porque, ao contrário do que a Deputada me disse, esse movimento não nasceu aqui, nasceu lá na sociedade. Nós, artistas e militantes do movimento cultural, criamos um movimento assim que nós soubemos da reunião que o secretário, o Governador Agnelo e o Berger tiveram com a Ministra Marta. No mesmo dia em que saiu no site do MinC, a gente foi e começou a organizar o movimento contrário. Nós ouvimos todos os artistas. Nós temos uma página no facebook, Presidente, da qual 4.900 pessoas estão participando e nós debatemos esse tema. Não foi uma coisa assim: "Ah, hoje aqui começou..." Não, a gente está debatendo desde abril, quando teve a reunião da Ministra Marta com os dirigentes do Museu *Victoria and Albert*, em Londres, em que a ministra estava negociando a ocupação desse espaço por um

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

tempo, até a Copa das Confederações. E, a partir daquele momento, nós ficamos muito tristes. Nós, inclusive, nos surpreendemos com o Presidente do Ibram, o Ângelo, por quem temos um apreço muito grande, pois a gente acompanha o seu trabalho também desde Ouro Preto. Pensamos: "Poxa, o Ângelo está chegando, vai ser melhor para nós". E ficamos tristes com esse posicionamento, porque o museu tem um acervo. Nós temos um acervo rico, com mais de duas mil obras de arte contemporânea. Você esteve lá, deve ter visto. Tem o acervo do MAB – Museu de Arte de Brasília. Está lá. Nós temos um acervo importante, de valor incalculável, que está dentro daquele museu. Não se trata apenas de trazer acervo de banco. Inclusive, presidente do Ibram, nós queríamos que vocês conhecessem outros espaços no Distrito Federal. Por exemplo, o Clube do Servidor, ao lado da Apcef; o Minas Tênis Clube é um espaço lindo, que está à disposição do Governo Federal. Aliás, ele é da União e está abandonado. Ele tem uma arquitetura linda. É uma galeria de arte por natureza. No entanto, está desprezado pelo Governo Federal e poderia ser utilizado, sim, pelo Governo Federal para abrigar as obras dos bancos.

Nós conhecemos, inclusive, o acervo dos bancos. Todo mundo já viu aquelas obras porque desse acervo sempre tem exposição. Inclusive, já teve no nosso Museu Nacional também.

Então, esse acervo dos bancos e ministérios – aliás, muitos deles adquiridos por espólios, dívidas – são acervos que nós todos frequentamos porque ele já passou pelo CCBB, pela Caixa Cultural, pelo Museu Nacional e, de vez em quando, ele é exposto.

Nós não queremos também um acervo em que o Museu Nacional funcione como exposição permanente. Isso mata o Museu Nacional, porque o Museu Nacional é dinâmico. Não, falou, está escrito. Eu mostro ao senhor. Nós não queremos transferir o Museu Nacional para lá por quê? Porque, para nós, tudo o que tem aqui em Brasília é federal. Aqui é a Capital Federal. A Biblioteca Nacional é federal, a minha casa é federal; o museu, o teatro, o cinema, tudo isso já é federal. Só que nós queremos cuidar, porque está bem cuidado, inclusive. Aliás, gente, a gestão do museu é uma gestão moderna, atual. Acervo em movimento é uma coisa absolutamente moderna, está acontecendo no mundo e aqui, a gente está querendo retroceder.

Eu fico muito triste de ver o companheiro Hamilton Pereira, pessoa com quem temos uma relação próxima – todos nós aqui do Movimento Cultural – assumir essa atitude de bancar essa transferência.

Aqui, no Distrito Federal, a gente quer cuidar do museu, sim. A gente dá conta. O museu está funcionando super bem. Nós não vamos aceitar esse tipo de coisa. Se vocês levarem, vocês podem saber que a população é contra, é contra todo o conceito que está acontecendo lá. Sabemos que somos a banda fraca, mas a gente

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

sabe também que, neste momento, somos a banda fraca, mas nós somos banda forte em outros momentos aí da nossa cidade.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Muito obrigada, Sra. Cleide Soares, pela fala.

Eu gostaria de registrar a presença do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Wasny de Roure, que também quer fazer uso da palavra. Após a palavra de S.Exa. ouviremos o prefeito de Água Fria, Sr. João de Deus.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu gostaria de cumprimentar a Mesa e cumprimentar as colegas Parlamentares, Deputada Liliane Roriz e Deputada Celina Leão.

Eu gostaria de cumprimentar meu amigo e secretário, Sr. Hamilton Pereira da Silva, que ontem foi homenageado na Universidade Católica do Distrito Federal, a quem eu peço desculpas pela minha ausência. Eu havia sido convidado, mas acabei me atrasando bastante e me ausentando do evento.

Eu quero cumprimentar o Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, que é o Presidente do Instituto Brasileiro de Administração de Museu, professor e amigo também; eu quero cumprimentar a Presidente da Associação Candanga dos Artistas Visuais, Sra. Flávia Boeckel, bem como o diretor do Museu Nacional Honestino Guimarães, Sr. Wagner Barja.

Eu quero cumprimentar o coordenador do Colegiado Setorial de Arte Urbana do Distrito Federal, Sr. Cirilo Quartim, que está presente; o artista plástico, Sr. Henrique Gougou; e o Sr. Luiz Felipe Vitelli, amigo também, militante ambientalista da região de Planaltina, particularmente um defensor de Águas Emendadas. Ele é uma pessoa bastante dedicada à questão ambiental.

Eu quero cumprimentar as lideranças do Movimento Cultural aqui presentes e quero dizer que, para nós da Casa, é um momento importante para discutirmos.

Em primeiro lugar, é importante destacar aqui que estamos falando de uma obra que pertence ao povo brasileiro. O nome já indica isso. Honestino Guimarães é um nome emblemático e justifica-se pela envergadura da obra do ponto de vista arquitetônico e politicamente pelo local no qual está colocado.

Nós precisamos ter essa clareza. A Esplanada dos Ministérios não é um espaço apenas de Brasília, é um espaço nacional, tanto é verdade, que o museu é nacional.

Essa proposta tramita aqui na Câmara Legislativa. É um apelo do Governo Federal, especificamente da Presidente Dilma, que quer retirar... Não, não adianta

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	16		

você fazer... Se você quiser me ouvir, tudo bem. Se você quiser só falar, aí eu me retiro e deixo você falando. Você me desculpe. Eu vou ter que me retirar.

Obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu queria pedir... Pessoal!

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não. A pedido do Movimento, eu os recebi na minha sala e ouvi. Agora, se você não tem tolerância para me ouvir... o totalitarismo tem várias versões. Eu já enfrentei muitos momentos em que havia polícia e tudo o mais. Então, estou muito preparado para fazer o enfrentamento.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Pessoal, deixe-me apenas garantir a fala do Presidente. É importante isso. É democrático, mesmo que o ponto de vista seja diferente, os argumentos sejam diferentes, vamos esperar o Presidente concluir. No final – aqui é democrático –, a quem quiser falar novamente, daremos a palavra, mas por respeito, até porque é o Presidente da Casa e recebeu naquele dia uma comissão com todo o...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Foi minha a iniciativa, inclusive, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – A iniciativa. Então, eu só queria fazer essa fala.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu quero dizer que, em primeiro lugar, é importante resgatar o processo de recuperação dos próprios no Distrito Federal. Isso, naturalmente, não é porque é na Esplanada, porque é o Cine Brasília, ou porque é outro espaço que existe da cultura. Também não há a menor dificuldade em entender que é um espaço do Distrito Federal. Ninguém está abrindo mão disso. Ninguém vai abrir mão disso. Como também é um espaço da cultura brasileira e da cultura até mesmo internacional.

A cultura não tem limite. Não podemos enclausurar dentro de um entendimento regional. Nós queremos, sim, que as obras de arte que hoje estão nos porões do Banco Central, da Caixa Econômica, venham a público, para a sociedade, para se democratizarem o conhecimento e o acesso à cultura. Nós não estamos aqui para achar que esse espaço físico... Não é porque eu fui um Deputado fundador desta Casa que este espaço é meu eternamente. Eu sou passageiro. Eu disse isso hoje aos servidores da Casa que me procuraram: vocês são permanentes, mas eu sou passageiro e tenho que trabalhar nessa perspectiva.

Então, o que nós temos que fazer – esse é o papel do Legislativo, e eu tenho certeza de que esse é o papel desta comissão geral – é discutir, porque nós não podemos abrir mão dessas obras – perdoem-me o português – que estão enclausuradas, sem acesso da população. Obras essas que, para serem publicizadas, precisam de segurança de qualidade, precisam de uma série de investimentos.

(Intervenção fora do microfone.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 17

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ótimo. Se vocês assinam uma garantia e afiançam qualquer desvio de obra, não tenho nenhuma dificuldade.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não. Isso é uma questão...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Por quê? Quem está dizendo que vai fazer?

(intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ou você vai oferecer a estrutura que existe? Se vocês assumirem a estrutura que existe...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Claro. Depois que acontecer um acidente, eu quero ver esse “claro”. Então, venha aqui e faça o seu debate como você entende.

Então, temos que entender que é um patrimônio público, é um patrimônio público para se tornar acessível à população do Distrito Federal. Isso não impede que haja uma confluência do interesse nacional e do interesse local. Nós não podemos entender que o espaço físico é propriedade de alguém. Ele é público, senão ele deixa de ser público. Há editais para serem anunciados, apresentados sobre aquilo que será público. A Câmara tem esse edital hoje para tornar o seu espaço acessível a toda a população.

Então, eu entendo, Deputada Celina Leão e Deputada Liliane Roriz – V.Exas. estão promovendo esse debate –, que é importante sentar desarmado para discutir. Nós estamos fazendo isso na questão do PPCUB e estamos tendo enormes avanços, enormes avanços. Esse é o papel do Parlamento. Felizmente, existe o Parlamento, que pode ter aqueles que concordam e aqueles que discordam. Essa é a questão maior. Este é o espaço privilegiado do Parlamento. Aqui não existe totalitarismo. Aqui existe a opinião de minoria e a opinião de maioria. Ganha-se no voto, ganha-se no voto. E é isso que precisamos entender que prevalece na sociedade. Não são opiniões autoritárias desse ou daquele. Este é um espaço da população de Brasília, e não podemos abrir mão, não podemos abrir mão. Todos aqueles que abriram mão do contraditório caíram no sistema totalitário. Não queremos que esse retorno aconteça no nosso País. Portanto, acredito que será extremamente positivo...

Fiz questão de vir aqui. Tenho uma agenda com o ex-deputado João de Deus, Prefeito de Água Fria, às 17h. Vou precisar me retirar porque vou receber S.Exa. no gabinete da Presidência.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	18		

Quero colocar, na perspectiva do espaço de diálogo, um espaço para aprimoramento do texto, para discutir o que é possível e o que não é possível, para não fazer disso uma coisa menor.

Eu tenho interesse pela cultura de Brasília e, enquanto Presidente, estou apoiando isso. O programa Portas Abertas, o debate sobre o projeto Memórias da Cidade. Nós estamos fazendo nesta Casa o fortalecimento do Fundo da Cultura. O projeto implantando uma nova modalidade de tratamento de apoio fiscal à cultura é recente, foi feito agora. Há uma política objetiva de auxiliar a cultura, de torná-la engrandecida nesta cidade.

Portanto, vamos fazer o debate desapaixonados. Cada um tem suas opções políticas, partidárias, e hoje a abstenção é uma coisa grande. Temos que respeitar todas as opiniões, mas não podemos entender que a matéria não vai ter polêmica. É essa a questão. Vamos tentar construir na base do bom senso aquilo que deve prevalecer ou não. Meu desejo é que isso aconteça, priorizando a cultura brasiliense e reconhecendo a necessidade de termos espaços privilegiados. Se vamos ter o absoluto controle, eu não sei. Essas são as condições que serão dadas em uma possível negociação. O que nós não podemos abrir mão é esse patrimônio ser transferido para outra localidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Prefeito de Água Fria, o ex-deputado desta Casa João de Deus.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Você faz muita falta aqui, João. Você era um deputado combativo.

SR. JOÃO DE DEUS – Muito obrigado. Boa tarde a todos. Quero cumprimentar essas duas guerreiras, essas duas mulheres de verdade, a Deputada Celina Leão e a Deputada Liliane Roriz. Quero cumprimentar também toda a Mesa e o pessoal da cultura.

Para quem não me conhece, meu nome é João de Deus Silva Carvalho. Eu sou brasileiro, nascido em Pontal do Peba, município de Piaçabuçu, Estado de Alagoas. Vocês podem acreditar que esse lugar existe no mapa do Brasil, gente.

Eu não tenho vergonha de dizer que fui faxineiro, jardineiro, servente de pedreiro, garçom, soldado, cabo, sargento da Polícia Militar do Distrito Federal, com muito orgulho, servidor desta Casa, fui da primeira equipe de segurança. Quero cumprimentar todos os servidores, pelos quais tenho o maior carinho. Acho até que está faltando, Deputada Celina Leão e Deputada Liliane Roriz, Deputados para defenderem os nossos servidores aqui. Tem que imprensar o Wasny mesmo para ele ceder um pouco.

O Wasny foi o único Deputado que me visitou na prisão quando eu defendi a cidadania dos policiais e bombeiros, em defesa da sociedade. Esse favor, eu devo ao

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	19		

Wasny. Foi o único que não teve medo. Os outros todos ficaram com medo dos coronéis da ditadura.

Eu quero dizer que tenho um programa na *Rádio Atividade*, de 6h às 8h da manhã, que se chama "Na Trilha da Verdade". Eu tenho um quadro "Na Trilha da Verdade também é Cultura", em que eu falo um bocado de coisas e tal. Uns gostam, outros não, mas, segundo o Ibope, o meu programa é o mais ouvido de Brasília, Liliane. O povo gosta do que não presta mesmo. (Risos).

Eu estou, assim, pasmado. Eu vim para essa audiência, aproveitei esse debate da cultura e estou, assim, como diz o dicionário, abichornado de ver o Governo do Distrito Federal mandar uma excrescência dessas aqui para a Câmara Legislativa, porque historicamente todo o pessoal da cultura – eu me lembro do Miqueias, que foi deputado junto comigo e tal –, a grande maioria, 100% do pessoal da cultura estava do lado do Partido dos Trabalhadores sempre, gente. Eu conheci essa realidade aqui nesta Casa. Quando tinha alguma coisa que falava sobre a cultura e tal... Hoje, o Governo do Distrito Federal tem 21 Deputados aqui nesta Casa. Só três Deputadas guerreiras aqui fazem oposição. Duas estão aqui, e uma está ausente. Então, eu estava ali sentado e falei: gente, esse projeto veio do governo? É igual a visitar o Genoíno na cadeia, é igual a alugar um jatinho para passear. É por isso que as pesquisas estão aí. Eu ando na rua, eu sou um homem do povo, eu fiquei três mandatos aqui nesta Casa. Ou eu sou o cara mais malandro do mundo ou eu realmente não fazia determinadas "trapincoladas". Então, eu ando de chinelo de dedo na rua. Claro que na maioria das vezes eu uso um revólver porque eu tenho o direito de usar. Eu fui policial por 19 anos, prendi muito vagabundo, muito traficante, muito bandido e eu tenho que salvar a minha vida.

Eu quero me solidarizar nesta tarde com o pessoal da cultura e dizer que eu não acredito que o Governo Agnelo, por meio do secretário que aqui está, peça a seus Deputados votarem nessa excrescência contra a cultura do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Sr. Henrique Gougou.

SR. HENRIQUE GOUGON – Eu tive a impressão de estar voltando ao passado com algumas coisas que eu ouvi aqui. Tem coisa aqui que parece que soa como uma intervenção, alguma coisa obscura. Eu tive muita dificuldade de... Eu queria lembrar aqui que esse museu...

Primeiro eu preciso dizer que estou há mais de 50 anos na cidade. É praticamente uma vida inteira aqui. Eu fiquei muito feliz quando deram o nome de Honestino Guimarães, porque foi companheiro no tempo em que eu morava no campus da Universidade de Brasília.

Com relação ao museu, eu queria dizer que o que estão fazendo parece um

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA		20

contrassenso porque eu frequento o museu, vou lá muitas vezes, acompanho o que o Barja faz lá. Eu acho o trabalho dele da maior dignidade. Ainda há poucos dias, eu li no *Correio Braziliense* que a verba do museu é escassa e que o Barja faz milagres com o pouco dinheiro que tem lá, naquele negócio todo.

Ele deveria estar sendo aplaudido, em vez dessa ideia de cassá-lo para colocar outro tipo de administração. Mudar com coisas que vêm de fora. Primeiro, de onde vem isso? Quem criou isso? Qual o compromisso disso com Brasília? Isso é abdicar de um espaço fantástico que Brasília tem, que é esse museu, e de certa forma o Barja deu vida a isso. Isso não existia! Eu vou lá quase todo dia, vejo as obras de lá. Eu exponho coisas lá. Eu acho um crime se tirar aquilo de lá. Entregando isso para uma coisa que virá de fora, supostamente, você não sabe nem o que vai acontecer depois ali.

Então, sinceramente, discordo totalmente disso. Eu acho que é uma capitulação. A cidade não merece que se faça isso. Eu não sei qual é o objetivo, onde querem chegar com isso aí. Sinceramente, acho que interesses obscuros que ainda não apareceram podem aparecer a qualquer momento, querendo se garantir com esse espaço que hoje é muito bem administrado pelo Barja.

Eu acredito que os companheiros que trabalham com arte, que fazem arte, têm a mesma consciência com relação a isso. Realmente é uma coisa completamente fora de sentido. Mais dia menos dia, aparecerá quem é que está interessado nisso. Porque não faz sentido... Já existe um grande acervo. Quem vai ao museu como eu está cansado de ver que aquele negócio se renova a todo instante, com o grande público que vai lá. Eu não vejo qual é o sentido de querer mudar as coisas do jeito que estão querendo fazer. Eu sou absolutamente contra isso. Estou tomando uma posição que não é só minha. Eu sei que meus companheiros, todos artistas, também estão muito preocupados com o que estão fazendo ou com o que querem fazer com o museu. É bom que se tome uma atitude, que se tire desta reunião alguma coisa.

Não faz sentido você, de repente, ter uma coisa em que outro lugar possa mandar objeto de arte para cá. Isso já se faz. O Barja recebe obras. Eu vi outro dia uma exposição enorme de um artista equatoriano. Ele fez uma exposição fantástica ali.

O que querem agora? Querem mudar o quê? Para onde? Eu acho que é capitulação se tirar um espaço que está funcionando bem, administrado pelo Distrito Federal, e se transformar em algo em que não se sabe.

Eu acho muito perigoso tudo isso. É preciso mais cautela. Eu vi aqui alguns com posições arrebatadas. Não se pode mudar time que está ganhando, é esse o sentido do que eu quero dizer. Está ganhando! Desde que o museu foi feito, pelo menos desde que o Barja está na administração, ele ganhou vida própria. (Palmas.) Não precisa mais do que isso, não. É isso aí.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 21

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu convido para fazer uso da palavra o maestro e membro do Fórum de Cultura do Distrito Federal, Sr. Rênio Quintas.

SR. RÊNIO QUINTAS – Boa tarde, queridos amigos da Mesa, Deputada Liliane Roriz, Deputada Celina Leão, meus companheiros de batalha da cultura.

Estamos aqui nesse movimento, porque falta diálogo. Houve um simples movimento de alguma autoridade que decidiu que seria interessante Londres colocar suas ideias no Distrito Federal – eu li sobre isso no *site* do MinC –, sem que nenhum de nós, nenhum dos membros que fazem cultura nesta cidade, sem que o administrador do museu ou os artistas plásticos tomassem conhecimento de qualquer movimento, ideia, intenção, possibilidade ou ação que justificasse uma mudança tão radical em um patrimônio que é nosso.

Então, eu acho que a primeira coisa que se deve ter em mente quando se trata de arte e cultura é que elas são feitas por pessoas que fazem as coisas acontecer. A forma como é administrado o museu – com pouquíssimos recursos, a gente sabe que são parques – é de um brilhantismo que até parece que há uma verba anual permanente, parece que se recebe muita grana, porque vem gente do mundo inteiro aqui e elogia esse museu. Eu mesmo recebi um neozelandês, um grego, um alemão que vieram a Brasília e elogiaram a forma como o museu é administrado, pela velocidade, pela dinâmica, pelas coisas e riquezas que o museu tem.

Do ponto de vista do acervo, devemos manter as coisas que já estão funcionando – com liberdade e democracia, com o acesso que aquele espaço tem, tanto externa quanto internamente – dentro do Distrito Federal, com pessoas com as quais podemos conversar e que têm o entendimento do que é resistir – porque aqui estamos resistindo.

Independentemente dos governos que se sucedem no poder, a gente percebe que a cultura não é prioridade para nenhum deles. Essa é a realidade que vivemos. O que percebemos é que existe um olhar diferenciado. Eu respeito, mas naturalmente acho que nós estamos em um ponto acima da curva do que vivíamos até agora diante das atenções e possibilidades que se abrem. Eu acho que é necessário mandar esse projeto de lei às calendas, despachá-lo solenemente, esquecer que ele um dia foi enviado para cá e começar uma conversa que nunca houve. (Palmas.) Esse é o zero a zero dessa conversa aqui.

Independentemente dos argumentos que já apresentamos, o eminente Presidente da Casa nos recebeu magnanimamente, com muito carinho. Fomos lá “atrapalhar” um encontro do Colégio de Líderes, num momento em que eles estão alucinados na elaboração da pauta, mas eles nos receberam com muito carinho, nos ouviram. Ali, percebemos que a Casa, como um todo, não abraça essa demanda que vem do Executivo. Independentemente de sabermos que existe uma força muito grande do governo nesta Casa, pela ampla maioria que tem, mas, felizmente, essa

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA		22

maioria não pode se comportar como rolo compressor, como não está se comportando, como estamos vendo que as pessoas que estão aqui estão ouvindo e já sabemos da possibilidade inicial de uma conversa.

Acho isto fundamental: como este PL foi mandado de cima para baixo, sem qualquer conversa... Art. 1º. Transfira-se o museu. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário. É inaceitável o momento que estamos vivendo, a carência que estamos vivendo de espaços culturais, como muito bem falou o Vitelli, com uma demanda gigante e com a ausência de todo equipamento cultural nas regiões administrativas, e não podemos abrir mão porque é emblemático, é simbólico um patrimônio como aquele. Lembro a todos que Brasília não é só dos brasileiros, nem dos brasilienses, mas é do mundo, somos Patrimônio Mundial da Humanidade. A responsabilidade de quem pisa nesse chão vermelho é muito grande. Um movimento como esse, descontínuo, anacrônico, absurdo, autoritário, totalitário, de cima para baixo, nos fazendo engolir um museu londrino cujo presidente não sabemos o nome, não sabemos a que veio nem a proposta dele, pode ser que ele seja maravilhoso e que venha propor coisas inteligentes... Temos de tomar conhecimento porque estamos aqui vivendo a cultura dessa cidade, nós estamos vivendo aqui. Isso tem de ser respeitado e foi flagrantemente desrespeitado por este projeto de lei. Por favor, retirem esse PL e vamos começar a conversa.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Sr. Diretor do Museu Nacional Honestino Guimarães, Wagner Barja.

SR. WAGNER BARJA – Boa tarde a todos. Obrigado pela generosidade de o Deputado Wasny de Roure abrir uma exceção para discutir essa pauta.

Falarei rapidamente sobre o que foi até agora a gestão partilhada, que é um nome que já vem amadurecendo desde o início da criação do museu. Foi criada uma comissão intergovernamental, que previa essa gestão compartilhada com o Governo Federal na época do Ministro Gilberto Gil. Esse museu foi alicerçado e pautado pelas políticas estruturantes do Ministério da Cultura, do qual fui representante nacional nas câmaras setoriais das artes visuais, e ali, na gestação daquelas políticas, aprendi algumas coisas muito importantes para fazer o desenho institucional do museu.

A noção que temos desse plano museológico, que tem características bastante renovadoras para o campo museal, que prevê um museu de arte contemporânea, entre aspas, arte contemporânea é uma coisa que tem uma visão de 360º, no meu entender, não exclui o antigo e também absorveu a vocação dessa cidade... Essa discussão não é distrital, é uma discussão que abarca segmentos da cultura nacional e internacional, porque aqui estão baseadas todas as embaixadas e representações diplomáticas. A nossa relação com esses segmentos é muito estreita. A vocação de um artista local, na verdade, se traduz na mesma vocação dessa cidade, que é falar com o mundo. Quando estamos falando de cultura local, estamos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21	11	2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				23	

falando de uma cidade cosmopolita, que é a centralidade desse diálogo com o mundo. Não queremos excluir, de forma alguma, a cultura nacional. Quando falo cultura visual contemporânea, ela tem um aspecto de 360º e uma universalidade que é dada à própria utopia que essa cidade se pautou para ser construída.

Então, esse ponto é muito importante para conceitualmente se definir como esse museu nasceu. Ele nasceu com essa circularidade. Ele é um círculo, é uma bola. Ele não pode ser chutado para escanteio, porque existe uma antecedência que precisa ser preservada. Uma antecedência exitosa.

Hoje somos o segundo museu mais visitado do Brasil, os números estão aí para comprovar. Nesses seis anos, nós constituímos também um acervo de grande valor, somado ao acervo do MAB – Museu de Arte de Brasília, que deve ser tão respeitado quanto os acervos das estatais que aí estão postos e são acervos de grande valor cultural e pecuniário.

Nós não conseguimos trabalhar sem o Governo Federal. É uma ilusão achar que o GDF vai manter essa questão dessa vocação de conversar com o mundo. Essa pessoa que está aqui ao meu lado, que eu quero render minha homenagem e meu respeito, é uma pessoa que poderá nos ajudar muito. Agora, o modelo de gestão é uma coisa a se discutir mesmo.

Acho que esse momento é um momento no qual a gente tem que fazer com que a discussão seja democratizada, como está sendo aqui agora, para que haja um consenso, e não passar uma borracha em cima do que foi proposto pelo governador, porque ele tem as suas razões. Não vamos agir com infantilidades. Vamos tentar entender que nós somos federais realmente, como já foi dito aqui, e eu, como sempre me demonstrei disposto – não sou vitalício naquele museu, nem pretendo –, como membro da comunidade, coloco-me à disposição, com a experiência adquirida ali, para colaborar com qualquer tipo de modelo que seja definido democraticamente.

Esse é só um preâmbulo. Vou dar breve relato, o que foi pedido aqui. Primeiro, sobre os eventos. Nós realizamos aqui um sem-número de eventos, porque, conforme eu disse, esse modelo de gestão foi pautado nas políticas muito assimiladas do Governo Federal, nós chegamos até agora à marca de 3 milhões, 915 mil, 405 visitantes, desde a abertura do museu até agora. Isso contando só os eventos internos, sem contar com aquele barulho que a gente faz na praça, que é o programa extramuro do Museu Nacional. Esse número é importante para Brasília, porque é uma marca. Não é uma marca de um estádio de futebol, é claro, mas para um museu é um número importante.

Com relação ao acervo, o acervo tem uma média, em 6 anos, de 100 aquisições por ano. Hoje a gente tem a marca – somando-se ao acervo do MAB, que tem um valor cultural e pecuniário tão alto quanto os acervos aqui citados da Caixa e Banco Central –, a gente tem uma pequena fortuna ali. Acho que vale mais do que a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 11 2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA		24

obra construída do museu. Só uma Beatriz Milhazes que nós temos lá vale 1 milhão e 800 mil dólares. Eu não vou aqui enumerar a fortuna que nós temos. Então, essa nossa fortuna é do GDF, não é do Museu Nacional. O MAB e o Museu Nacional são do GDF, pelo menos por enquanto. Essa fortuna nos pertence, e nós temos que salvaguardá-la.

Então, estamos trabalhando com a Secretaria de Cultura, empenhada em reconstruir o Museu de Arte de Brasília. Nós conseguimos, com apoio da comunidade e com apoio dos técnicos, finalizar um projeto básico que está em vias de ser licitado. O Secretário depois pode falar disso.

Realmente nós pegamos os espaços sucateados, e essa coisa de reforma é algo que demora. A galeria Athos Bulcão está sendo reformada, a coisa vai começar a melhorar. O Cine Brasília já foi reformado, a 508 vai passar por uma reforma, o MAB está com... Enquanto isso, o museu fica um pouco saturado na sua pauta, mas tenta atender não só os artistas locais, como os nacionais e os internacionais, e essa política tem, de certa forma, contribuído para o êxito desse equipamento cultural, que muito se deve à localização, à acessibilidade, porque nós tivemos a sorte de ter um grande urbanista que colocou uma rodoviária que tem 800 mil pessoas por dia. Nós trabalhamos com 0,5% desse público ainda, e essas são estatísticas que nos favorecem, não só ao governo distrital como ao federal.

No meu entender, há que se chegar a um consenso. Eu acho que não é um embate. Aqui existe uma forma de se chegar a um consenso e uma fórmula, que é a democracia. Então, eu entendo que nós não temos que sair daqui brigando com ninguém. Nós temos que tentar, como temos feito com o Dr. Ângelo. Nós já estamos trabalhando juntos; desde que ele chegou, nós já estamos trabalhando juntos. Então, não existe ainda a solução, mas eu acho que hoje é um dia importante para a cidade, é um dia importante para o País, porque nós não podemos deixar também que outros tesouros deixem de ser vistos no Museu Nacional. Nós só precisamos encontrar a fórmula ideal para fazer isso bem feito.

Eu não vou falar mais; eu acho que tem mais gente para contribuir com essa discussão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Passamos agora a palavra à Mara Albernaz, jornalista.

SRA. MARA ALBERNAZ – Boa tarde. Cumprimento todos os presentes, cumprimento a Mesa nas figuras das Deputadas aqui presentes, o nosso secretário, todos os amigos, os artistas.

Eu sou uma fazedora de cultura, uma jornalista desta cidade. Trabalhei durante quatro anos nesta Casa como colaboradora da Lei Orgânica e considero aqui

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 25

um fórum muito importante para o nosso debate e para que nós possamos mostrar a nossa indignação diante desse projeto que veio de cima.

Estamos cansados de mostrar ao governo que o museu funciona, que o Museu Nacional, embora se chame Nacional, é um patrimônio da nossa cidade, construído com o recurso de cada um de nós.

Então, quero solicitar aqui aos Deputados que mandem esse projeto embora para que a gente possa realmente se reunir, debater, discutir de forma democrática. E quero deixar um grito de guerra muito grande aqui: o museu é nosso!

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu gostaria de passar a palavra agora à Presidente da Associação Candanga dos Artistas Visuais, Dra. Flávia Boeckel.

SRA. FLÁVIA BOECKEL – Exmo. Sr. Dr. Hamilton Pereira da Silva, Secretário de Cultura, Exmos. Srs. Deputados Liliane Roriz, Celina Leão e Olair Francisco, que, imagino, estão do nosso lado, em primeiro lugar eu quero agradecer a oportunidade desse convite para participar dessa audiência pública, que infelizmente não conta, além desses Parlamentares que estão aqui à Mesa, com aqueles que tiveram que se ausentar por diversas razões. A audiência pública teria que ter a participação deles também. Sinto muito pela ausência da nossa querida Deputada Arlete Sampaio, do Deputado Wasny de Roure etc.

Reporto-me às palavras do Sr. Secretário de Cultura ontem, quando ele recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Católica e na oportunidade nos lembrou que os jovens, ao contrário do que alguns dizem, e muitos pensam, não estão alienados das questões artísticas e culturais. Toda essa mobilização realizada com mais de mil assinaturas pelo facebook e que resultou nesta comissão geral é uma prova disto.

O Deputado Agaciel Maia nos declarou haver todo um material precioso guardado nos arquivos das instituições. Afinal, o que nós, artistas e preocupados com a cultura na cidade, queremos? É uma mostra estanque, encaixotada, como ele falou, nos porões de alguma instituição? O Barja, por sua vez, citou a necessidade e a já realização bem sucedida de uma gestão partilhada entre o governo e o museu. A discussão abarca questões não somente locais, e isso se deve à própria abrangência dada às atividades do museu.

Além disso, o que é preciso entender é que esse projeto de lei prevê uma cessão de uso do prédio desse museu por dez anos. O que vai acontecer durante esse tempo? Nós vamos ter exposições permanentes, estanques, e não toda essa mobilização, todo esse movimento artístico e cultural que temos acompanhado em quatro ou cinco anos. Quer dizer, em dez anos será destruído aquilo que se construiu com dificuldade nos quatro, cinco anos de gestão de Wagner Barja.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	

Ele mencionou com imensa propriedade também a questão da centralidade. Com efeito, o fato de o Museu Honestino Guimarães haver sido construído tão próximo à Rodoviária facilitou o acesso da população às grandes e importantes mostras ocorridas no museu. O museu recebeu, só no ano de 2012, cerca de um milhão de pessoas, gente das mais diferentes classes sociais. Sei que não se usa mais dizer classes sociais, mas sim classes a, b, c e d.

A história da arte e da cultura, os trabalhos e as obras que são colocadas lá vão desde a modernidade até o contemporâneo. O que uma exposição estanque, retrógrada, de um museu que não se usa mais no mundo inteiro, vai nos facultar? Não certamente essa visão da arte que está acontecendo agora, e da qual esses jovens estão participando com tanto sucesso.

Os prejuízos que viriam de ordem direta e indireta, a meu ver, estariam: na perda da mobilidade dos eventos e exposições temporárias, realizadas com sofrimento, em detrimento, no caso de isso ocorrer, particularmente dos artistas da cidade; o não reconhecimento dos recortes curatoriais referentes ao acervo já existente, inclusive o recuperado do MAB, fruto de um trabalho fantástico da Ana Lúcia Taveira, que fez um levantamento recuperando todo o material, tudo isso durante a gestão de Wagner Barja; a redução do aproveitamento da mão de obra que é colocada a serviço da realização das exposições; a limitação na acessibilidade pública e de equipamentos que não ocorrem com exposições temporárias, sempre promovendo e incentivando a curiosidade e o interesse da população; o engessamento da arte, na medida em que o proposto seria uma exposição permanente, como eu já falei.

Nenhum museu deve ser transformado em um sarcófago, pois o conceito mais atual dessa instituição é dentro de uma compreensão política melhor e de maior interesse do povo, com a abrangência de campo que se faz mister para o sucesso de suas metas.

Enfim, esta é a nossa preocupação, e aqui estou falando não apenas como fundadora e ex-presidente da Associação Candanga, mas como assessora durante 38 anos da Constituinte, da Mesa e da Presidência da Câmara dos Deputados, de onde estou aposentada, e como membro do Conselho de Cultura, para o qual fui indicada com grande satisfação.

Eu gostaria, finalmente, de citar uma coisa que é fundamental que se destaque: em outras oportunidades — o Secretário sabe disso —, o Governador foi bastante sensível à pressão frutífera e insistente dos artistas. Em outras oportunidades, de um lado sofrendo a pressão do empresariado, e do outro, nós. A colega disse que somos tão frágeis. Não é, Cleide? Não somos tão frágeis assim. A nossa força está exatamente na insistência, no poder dessa pressão e da justiça daquilo que nós pedimos.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

Então, por isso, minha esperança é de que mais uma vez o Governador se toque pelo ardor das reivindicações dos artistas e retire o projeto de lei, que não trará nenhum benefício maior.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Henrique Soares, produtor cultural.

SR. HENRIQUE SOARES DIAS – Boa noite, pessoal. Muito obrigado pela oportunidade deste encontro aqui, de certa forma tripartite. Infelizmente, eu gostaria realmente de ter esta palavra com a Casa cheia, no caso com todos os nossos representantes aqui, e não necessariamente vir aqui, ouvir “wasneiras” e voltar para a minha casa sem que ele saiba qual a minha opinião com relação a isso.

Muitas pessoas aqui vêm e falam sobre a linguagem do jovem. Então, eu venho representando, de certa forma, o povo jovem de Brasília. Eu sou filho da segunda geração de Brasília, fui criado aqui. Atuo há muito tempo na parte cultural, na parte de eventos. Sou visitante e usufruo constantemente do espaço do Museu da República. Há “n” eventos de grandes amigos meus, como, por exemplo, Saia na Lata, do pessoal Da Lata.

Eu acredito que muito mais do que simplesmente a cultura, nós estamos aqui discutindo também a educação. A educação hoje no Brasil infelizmente está um pouco estagnada, e nós temos uma educação linear. Não é a educação atual que o mundo pede. Nós pedimos hoje a construção de cidadãos, pessoas pensantes. A nossa educação hoje forma — olhe lá — técnicos. Da parte da cultura é que nasce, que se fomenta o pensamento crítico, a necessidade das pessoas de realmente refletirem sobre qual o seu papel no cotidiano e como isso se dará dentro na sociedade.

Há hoje alguns poucos espaços culturais em Brasília, e a grande maioria deles encontra-se completamente ou parcialmente deteriorada, ou abandonada. Há agora aqui a desocupação do Museu do Automóvel, local que abriga um patrimônio cultural inenarrável da nossa comunidade, que é da fundação do nosso Brasil. Nós temos automóveis que pertenceram a Juscelino Kubitschek. Há, por exemplo, um local que eu frequentei há quinze, vinte anos, que está até então parado, que é o nosso planetário. Prometeram-nos há seis, oito meses, e até hoje nós não tivemos nenhuma resposta com relação a ele.

Alguns aqui comentaram sobre Athos Bulcão. Quando eu estava na oitava série, como presidente do grêmio estudantil do colégio, promovi uma visita ao Memorial Athos Bulcão. Todo mundo olhou para minha cara e perguntou: “Mas quem é Athos Bulcão?” Isso porque eu sou oriundo de escolas particulares! Então, imagine como isso se dá dentro da educação pública. A própria Rodoferroviária de Brasília,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

abandonada agora pela construção da Rodoviária Intermunicipal, tem o teto formado por obras de arte de Athos Bulcão.

Há um espaço ali com uma visita média de praticamente 1 milhão, conforme dados fornecidos pelo pessoal aqui. A transformação desse espaço democrático em um espaço nacional abre brechas escusas, para a nossa preocupação, na fomentação da cultura dentro de Brasília.

Nós temos hoje um problema muito grave: a falta de regulamentação dos nossos museus. Nós temos pouquíssimos museólogos. O próprio Iphan é omissivo com relação aos nossos patrimônios. Ele está lá na hora de levantar interesses particulares, de certa forma, para travar algumas melhorias da nossa cultura, dessa fomentação cultural.

É basicamente isso, pessoal. Eu acho que a parte da cultura tem de ser uma forma holística de educação. A nossa educação hoje é péssima. Nós não formamos cidadãos, formamos meros técnicos, repetidores de informação, e é através da cultura que é possível transformarmos e construirmos este País.

Obrigado. (Palmas.)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Passo a palavra ao Presidente do Instituto Brasileiro de Administração de Museus – IBRAM, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos.

Nós havíamos encerrado as inscrições, mas recebemos uma última inscrição da Ariana. Nós acatamos a inscrição dela, mas lembramos que ainda há três pessoas para falar antes de passarmos a palavra ao nosso secretário.

SR. ÂNGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS – Sra. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, caro Secretário Hamilton Pereira, caro Diretor Wagner Barja, representantes de entidades, artistas, representantes de movimentos culturais do Distrito Federal, em primeiro lugar eu farei a correção do nome do Ibram. Não é Instituto Brasileiro de Administração de Museus, é Instituto Brasileiro de Museus.

O Ibram é uma autarquia federal criada por uma lei votada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Lula em janeiro de 2009. E tivemos, assim, uma instituição autárquica para o campo museal, para o setor de museus no Brasil.

Os museus estavam abrigados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937, a grande instituição paradigmática da preservação do patrimônio brasileiro, a instituição que tombou Brasília logo no seu início para preservá-la dos ataques que ela vem sempre sofrendo, e nunca deixará de sofrer, a não ser que haja resistência como esta que vocês demonstram aqui: ter a capacidade de praticar para combater a especulação imobiliária e os interesses

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

escusos que diariamente se levantam contra a monumentalidade, a beleza e a singularidade de Brasília. (Palmas.)

O Ibram é uma costela do Iphan, que foi retirada para o nascimento de uma musa: a instituição dos museus brasileiros. Hoje nós temos 3.300 museus no País. Pode parecer muito, um primeiro número, mas nem é tanto assim, porque nós temos 5.600 municípios – portanto, cidades – no Brasil, e apenas 21% deles são detentores de museus. Pelo que se vê, poucos municípios concentram museus. Ainda há espaços para multiplicação de instituições museológicas pelo País.

O museu é hoje um instrumento, o museu é hoje um equipamento, o museu é hoje um núcleo de cultura indispensável na vida de qualquer cidade e de qualquer comunidade. Tanto assim que nós temos enfatizado a função social dos museus, eles são núcleos da própria comunidade.

Eles são pontos de memória, como o Museu da Maré no Rio de Janeiro, ou o Museu Quilombos e Favelas Urbanos em Belo Horizonte, que têm se destacado e chamado até a atenção internacional pelo trabalho notável que fazem no Brasil em termos de museologia social, que é a dimensão mais avançada da museologia do nosso tempo.

Desde a mesa redonda, em 1972, em Santiago do Chile, discute-se museologia social, mas é o Brasil que tem oferecido os melhores testemunhos, as melhores respostas de um trabalho da função social do museu.

A função educativa, igualmente, é muito importante e imprescindível, e todo museu hoje procura desenvolver trabalhos na área de educação. Educação sem cultura é instrução, museu sem educação é depósito de peças, porque a educação é que vai promover a comunicação, o compartilhamento da cultura que os museus abrigam.

Ninguém democratiza cultura. Nós democratizamos o acesso à cultura. E por isso o museu é fundamental porque o museu é que leva a cultura. Antigamente, os museus fechavam as portas para guardar, resguardar acervos. Hoje os museus abrem as portas para estar junto com o povo, para ir onde o povo está, porque o museu exerce a sua museologia social, o seu programa educativo, a sua extensão cultural.

O museu tem um lado espetáculo. Nós vemos que essa espetacularização do museu funciona até no nosso Museu Nacional em Brasília, porque ele é, também, um palco. Ele é um ponto de convergência e irradiação. Todos querem passar por ele. Ele é uma grande ribalta acesa na Esplanada dos Ministérios. Ele tem essa função também que o moderno museu tem. O museu saiu para as mais variadas funções. O Louvre foi para a Arábia Saudita; o Guggenheim foi parar em Bilbao, na Espanha; o Calatrava está fazendo um museu no píer da praça Mauá, no Rio de Janeiro; Inhotim colocou Minas Gerais no mapa do mundo, com fluxos turísticos vindo de toda parte.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 11 2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA		30

Então, o museu tem um lado espetáculo, tem até um lado em que o museu tem uma função econômica muito grande que pode ser o bem e o mal dos museus. Porque se hoje nós atraímos investimentos, se hoje nós atraímos atenção, se hoje nós já somos quase uma *commodities*, nós vamos precisar de mais recursos para o financiamento dos museus, e isso é uma interrogação que nos é colocada diante do sucesso dos museus na atualidade, não só no Brasil, como no mundo inteiro.

Então, nós vivemos um momento muito intenso, muito rico no espaço da museologia, com museus surgindo por toda parte e mudando a cara da cidade, como eu disse, ao falar de inhotim. Mas se nós olharmos no centro de Belo Horizonte, uma região abandonada, degradada, como a Praça Rui Barbosa, a praça da estação que foi revitalizada e resgatada pela instalação do Museu de Arte e Ofícios na velha Estação de Belo Horizonte. Aquele complexo ferroviário é hoje um dos mais interessantes museus de artes e ofícios do mundo.

Em porto Alegre, foram chamar o Álvaro Siza, arquiteto, para criar o museu Iberê Camargo, o museu Oscar Niemeyer em Curitiba, o museu afro-brasileiro, que o Capilé está criando em Salvador. Tudo isso mostra a importância dos museus. E eu tenho que falar isso para nos situarmos porque aqui eu ouvi vários pronunciamentos. Cada pessoa trouxe a contribuição da sua interpretação pessoal, da maneira pela qual ela recebeu uma informação e a trabalhou. E eu vi que nós estamos aqui acumulando muitas informações equivocadas.

Eu peço vênica para fazer essa análise, essa relatoria dos depoimentos que eu acabei de ouvir aqui no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Por exemplo, nunca ninguém falou no Ministério da Cultura ou no Ibram ou no Governo Federal em exposição permanente no Museu Nacional de Brasília, até porque, esse conceito é perempto. Fala-se hoje, no máximo, em exposição de longa duração, porque ninguém faz mais exposição permanente. Os museus vivem um dinamismo tal – e por isso eu referi toda essa efervescência – que nem comportam mais exposição permanente, são exposições, no máximo, de longa duração.

Dentro desse quadro, quero contar para vocês, dar um depoimento. Eu sou o único representante do Ibram e do Ministério da Cultura nesta Mesa e eu quero trazer o nosso testemunho de como entramos nessa história e qual é o nosso papel nela.

Essa história nasceu, de fato, de conversas da Presidente Dilma Rousseff com o Governador Agnelo, com a Ministra da Cultura. Todos pensando na possibilidade de valorizar, de enriquecer, de dinamizar, de robustecer o Museu Nacional da República, visto que não era nem nacional e nem da República, e que podia ser com o Governo Federal, através do seu instituto próprio de museus, o Ibram, do quadro do Ministério da Cultura em parceria, evidentemente, com o Distrito Federal, porque ninguém deixará de trabalhar em parceria.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA		31

Nós estamos em um sistema nacional de museus que foi criado exatamente, tendo o Ibram como ponto de convergência. Nós vamos trabalhar sempre com o Governo do Distrito Federal como já temos feito. Somos, inclusive, alinhados na mesma direção partidária, na mesma vocação política, com os mesmos interesses e compromissos. Então, nós pensamos na transformação do Museu Nacional da República em Museu Nacional da República.

Sempre se dizia que os museus nacionais ficaram no Rio de Janeiro. A mudança da capital foi ingrata. O Museu Histórico Nacional, criado por Gustavo Barroso, está no Rio de Janeiro com o seu magnífico acervo.

O Museu Nacional de Belas Artes está no Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco; o Museu da República não é o nosso Museu da República, é o Palácio do Catete. Ficou no Rio de Janeiro; o Museu Imperial está em Petrópolis; o primeiro museu brasileiro, criado em 1818, por D. João VI é o Museu Nacional, que está na Quinta da Boa Vista. Vai comemorar 200 anos, dentro de 4 anos. Onde está o Museu Nacional de Brasília?

O que o Governo Federal quis fazer neste gesto de estender a mão para uma união com o Distrito Federal e nacionalizar o Museu Nacional de Brasília foi dar a Brasília um equipamento nacional no quadro dos grandes museus brasileiros.

Nós não deixamos de reconhecer – e eu sempre sublinhei isso – o trabalho importante que Wagner Barja realiza no museu, e com toda a precariedade, porque o museu não foi institucionalizado. Ele não tem uma estrutura institucional, não tem um corpo permanente. O que seria feito era enviarmos um projeto de lei ao Congresso Nacional para se criar o Museu Nacional de Brasília com os cargos que um museu demanda – cerca de 50 cargos –, para nós termos, então, todas as equipes, todos os departamentos: área de conservação, área de educação, área da função social, reserva técnica. Quais são os quadros que vão desenvolver essas funções, essas missões do museu? Seria, então, criado um museu. Então, não é um processo... Não veio de baixo para cima, ou de cima para baixo. Vem de cima para baixo é porque vem da Presidência da República, do Governo Federal. Tem uma coisa que desce e uma coisa que sobe, mas não há nada impositivo, até porque nada existe de concreto.

No início das conversações da Ministra da Cultura com o Governador, com o Secretário, com o diretor, já começaram a refluir pela cidade, pelas redes sociais as mais absurdas interpretações, muitas delas repetidas aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ÂNGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS – Por favor, eu é que solicito respeito.

Tudo o que foi dito, que o museu vai ser imposto, que nós vamos impor as coleções do museu, coisas fragmentadas que foram ditas aqui e acolá passaram a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA		32

ser sentenças e inverdades sobre um programa museológico que nem foi construído. Há apenas um ideal de valorização do Museu Nacional, de constituição de um museu efetivamente nacional em Brasília, como estão os museus nacionais no Rio de Janeiro.

É justo que Brasília tenha um museu nacional, e nós estamos reivindicando o Museu Nacional de Cultura Afro-Brasileira para Salvador. Faz 250 anos que a capital desceu de Salvador – 1763 – para o Rio de Janeiro, e nós queríamos que lá tivesse também, porque não temos nenhum equipamento cultural federal em Salvador, antiga capital do País, como não temos esse equipamento em Brasília. Foi nesse sentido, mas não há nenhuma imposição, porque não há decisão acabada. Tanto que nós estamos aqui, no plenário do Legislativo do Distrito Federal, discutindo esse assunto.

Isso tem sido debatido com o Diretor do Museu, Wagner Barja, com o Secretário Hamilton, com o Governador, com a Ministra da Cultura, com as equipes técnicas do Ibram. A Sra. Leila Braga, Diretora do Ibram e hoje nossa Chefe de Gabinete, está presente aqui e atesta que esse assunto, como foi muito bem sublinhado pelo Barja, já vem sendo discutido há longo tempo.

Eu, que fui Presidente do Iphan na época em que Brasília recebeu o título de monumento mundial e participei da equipe que trabalhou, sob a liderança do Governador José Aparecido de Oliveira, para levar esse projeto à Unesco e ele ser aprovado como patrimônio mundial pela Unesco. Assisti, naquele momento, às discussões sobre a ocupação dos espaços culturais na Esplanada, com a presença de Oscar Niemeyer, que estava trabalhando no Palácio do Buriti, dentro da sala de José Aparecido de Oliveira, e desenhando esses primeiros projetos para a ocupação dos espaços culturais da República. Eu tenho acompanhado isso e tenho o testemunho de Eneida, que também acompanhou aqui, desde a gestão do Ministro Gilberto Gil e do Ministro Juca Ferreira, o diálogo no sentido de parceria entre o Museu Nacional, que surgia, e o Ministério da Cultura para que ele fosse, de fato, um museu nacional.

Então, o que nós queremos dizer é o seguinte, sintetizando: em primeiro lugar, houve um entendimento inicial, abriu-se um entendimento, um diálogo, entre o Governo Federal, via Ministério da Cultura e Ibram, com o Governo do Distrito Federal, via Secretaria de Cultura e Superintendência de Museus, com o Wagner à frente, para que nós pudéssemos efetivar o título que ele ostenta: Museu Nacional da República.

Houve uma polêmica muito grande sobre o assunto. Nós estamos acostumados a polêmicas e, no momento, estamos vivendo outra grande polêmica na área de museus, porque, no dia 18 de outubro passado, há um mês e poucos dias ou horas, o Diário Oficial da União trouxe um decreto da Presidente da República, Dilma Rousseff, regulamentando a lei de 2009 que criou o Estatuto de Museus. Imediatamente, o que aconteceu? Saíram dizendo: "Não pode mais haver comércio

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	

de arte no Brasil. O Ibram vai declarar todas as obras de interesse público. Nenhuma obra de arte pode ir mais para o exterior. Vão tombar tudo. Não tem mais colecionismo no Brasil. Não vai ter mais leilão de arte, porque o Ibram pode exercer o direito de preferência." E criaram um pânico, um terror.

Hoje mesmo, ainda hoje, abram o jornal *Estadão*, de São Paulo. Há um artigo, no jornal *Estadão*, de São Paulo, de hoje, de um cidadão dizendo enormidades, que nós vamos entrar nos leilões e vamos intervir nos leilões. E pergunta: "Como vamos pagar isso?"

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, permite que o Iphan vá a um leilão, suspenda um leilão e exerça, se puder, quer dizer, se tiver recurso para isso, a preferência para adquirir determinada obra por bem do patrimônio cultural brasileiro.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ÂNGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS – Muitas coisas aqui mereceriam até aparte. Então, eu peço agora a todos também que tenham a condescendência generosa, que é própria do Parlamento...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ÂNGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS – Minha filha, a senhora desacatou até o Presidente desta Casa.

Eu gostaria de sublinhar que o interesse da Ministra Marta Suplicy é ver o Museu Nacional da República em Brasília como o nosso Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, desempenhando o mesmo papel que o Museu Histórico Nacional desempenha hoje no Rio de Janeiro, irradiando para todo o mundo a exemplaridade da museologia brasileira.

A Ministra recebeu uma missão do *Victoria and Albert Museum*, de Londres. Eu tenho que dizer isto aqui: disseram que S.Exa. queria entregar o Museu Nacional para o *Victoria and Albert Museum*, de Londres. Não é verdade isso. Ninguém iria fazer isso. Nós não queremos engessar, nós não queremos buscar...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ÂNGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS – Eu estou mostrando o nosso interesse. Depois, vocês revelem, cada um, o interesse que está por trás de cada um: os interesses políticos contra o Governo do Distrito Federal; os interesses partidários visando seduzir a opinião dos artistas de Brasília; os interesses emocionais querendo tirar proveito para alguma liderança emergencial ou interessada. Estamos perto de um ano eleitoral. Tudo isso está visto aqui. Atenção: vocês todos falaram, e eu sou um só pela outra parte. Então, eu teria até direito a mais tempo realmente.

(Intervenção fora do microfone.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	

SR. ANGELO OSVALDO DE ARAÚJO SANTOS – Sra. Presidente, eu peço que nós tenhamos a ética legislativa de comportamento dentro de um parlamento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, ele já está terminando, ele está concluindo. Regimentalmente, aqui, as pessoas na Mesa têm direito à fala. Isso é regimental. É claro que o bom senso também pesa, mas ele está concluindo. Vamos esperar ele acabar de concluir e depois vamos para o debate.

SR. ANGELO OSVALDO DE ARAÚJO SANTOS – Eu agradeço, Sras. Deputadas, porque, na verdade, o que eu tenho feito aqui é tentar esclarecer colocações que foram dadas como num caleidoscópio, que nós vamos girando e cada hora dá de um jeito, com as pessoas afirmando coisas que, na verdade, não existem e não têm fundamento.

O que eu quero dizer aqui, como representante do Ministério da Cultura e do Governo Federal, pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, é que o propósito do Governo Federal é o melhor possível, no sentido do engrandecimento de um museu que existe em Brasília e que, se tornado um museu nacional, vai ganhar a estruturação, a institucionalização que ele pede, que ele demanda; ele vai ganhar toda essa estrutura de cargos, ele vai ter um plano museológico, ele vai ter um conselho. Esse conselho comporta representantes, é claro, da comunidade de Brasília. Ele não vai se esquecer de Brasília nunca, porque isso é até ingenuidade, seria apequenar a nossa visão museológica numa cidade que tem a inserção que Brasília alcançou no espaço da arte contemporânea. Absolutamente não teria como se falar em arte contemporânea no Brasil sem passar pelos artistas de Brasília. Então, será um museu a partir do modelo já adotado e experimentado, apenas ampliado, projetado, consolidado, robustecido como uma instituição nacional a serviço de Brasília e do Brasil e com interlocução com a museologia do mundo inteiro. (Palmas.)

(Assume a Presidência a Deputada Liliane Roriz.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Sr. Álvaro Henrique.

SR. ÁLVARO HENRIQUE – Olá! Boa tarde, artistas, que estão aqui desde às 14h, 15h.

Exmos. Srs. Deputados, Sr. Secretário, eu acredito que o maior desafio que a gente vive aqui em Brasília, na área da cultura, seja a falta de equipamentos culturais. Outro desafio que eu ponho em igual nível é uma política cultural que foque na política de eventos e não na arte nossa de cada dia. Dessa política de evento, no final, o resultado é vento, enquanto, com uma política voltada para a arte nossa de cada dia, tudo ganha consistência, o público aprecia melhor a arte. Um bom exemplo é a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, que todo mundo sabe que toca na terça-feira, às 20h, no Teatro Nacional. Não precisa nem olhar no jornal. Já encontrei o secretário diversas vezes lá. Inclusive, nas terças em que não há

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 35

concerto, muitas vezes, eu já encontrei várias pessoas ali na porta – fui uma delas – que foram porque é às terças, às 20 h, no Teatro Nacional. Naquela terça, por acaso não havia.

O Museu da República é o outro espaço, além do Teatro Nacional, que é vivo, que tem uma programação perene, pelo menos de quinta a domingo, pelo menos de março a dezembro. Toda vez que eu fui ao Museu Nacional, eu sempre vi uma exposição diferente, via sempre alguma novidade, coisas acontecendo, a cultura viva. Outros equipamentos culturais da cidade estão definhando, como os pianos, que não tocados morrem, mesmo com a manutenção. Não tem manutenção melhor do que ter alguém tocando lá toda semana. Então, os equipamentos culturais em Brasília estão morrendo.

A federalização do Museu da República, a meu ver – por mais que resolva um problema que realmente tem que ser resolvido, que é a ausência de um espaço federal em Brasília para obras às quais as pessoas não têm acesso –, da forma como está sendo proposto, está criando outro problema para a população. Estamos perdendo 50% dos equipamentos culturais vivos e constantes da nossa cidade. Estamos perdendo um acervo que provavelmente será trancado num porão. Estamos perdendo bastante aqui em Brasília.

Então, essa mobilização da sociedade é que está gerando esta comissão. É por causa da sociedade que ainda nada foi feito. Tem que haver um diálogo melhor para que se resolva um problema sem se criar outro. É possível. É viável, mas com a participação da sociedade. Se for só com as pessoas alinhadas partidariamente, com a mesma visão política, atenderá as pessoas com a mesma visão política, com a mesma visão partidária, mas aqui é o DF, há uma população toda para ser gerida. É isso aí.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Sr. coordenador do Colegiado Setorial de Arte, Cirilo Quartim.

SR. CIRILO QUARTIM – Boa tarde, integrantes da Mesa, pessoal que está aqui ainda resistindo.

Eu vou confessar que eu me sinto até ofendido com esse projeto de lei, sendo brasileiro, nascido aqui, com dois filhos na cidade que inclusive frequentam esse museu. Eu inclusive me constituí artista aprendendo esse novo conceito de museu, frequentando, expondo. O representante do Ibram inclusive tem na teoria essa visão de um novo museu que vai chegar aqui na cidade... Não sei se ele foi a algum evento, sabe da programação que a gente cria aqui. Não é uma província, em que se teve um recurso que criou um museu, a gente cria a programação para o mundo. O mundo absorve o que a gente coloca aqui sem querer brigar por identidade. Naturalmente tendo constituído essa identidade agora, isso não será assim tomado na mão grande.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 36

Pelo menos da minha parte, como cidadão, brigarei até o fim. Vou me algemar nas pilastras se for preciso. Para quê? Para defender esse museu, defender a arte por si só. Não pode chegar alguém que não conhece a cidade, como estamos acostumados. Em Brasília é assim. Chega o poder que manda. Quanto mais a cidade-dormitório se mantiver quieta, sem identidade nenhuma, melhor, ela será neutra.

Não! A cultura aqui está forte, está funcionando. A única coisa que funciona em Brasília vão querer tomar. A gente brigou e conseguiu que o MAB acontecesse – vão fazer o quê com esse museu agora?

A gente tem a informação que o governo passou. Qual é o ponto forte? Qual é a vantagem de federalizar? Ter acesso aos grandes artistas soterrados nos porões. Esta é a grande vantagem: termos os acervos lá em exposição. Estamos construindo acervos novos. Já expusemos um apanhado. A nata desses acervos que estão lá soterrados já passaram pelo museu também.

É um desrespeito falar isto do museu: “Agora, sim, ele será nacional.” No mínimo, nunca ninguém participou, nunca viu, nunca acompanhou. Não tenho o catálogo em mãos do nosso acervo que está exibindo o que já foi dito aqui; a Cleide tem ali para quem não tiver ainda.

Este não é um museu nacional, como o Barja disse, é um museu que preparamos e cuidamos com carinho para todos, para o mundo inteiro. Eu tenho um espaço para chegar lá e conversar. Se eu tiver algo a fazer e isso for de mérito cultural, eu consigo um espaço. Agora, existe esta dúvida: qual será a conversa em nível de museu federalizado? Quem chegará lá dentro da sala e terá um espaço na pauta daqui a um ano que seja? Quem nos garante isso? E daqui a dez anos, qual será a programação? O que farão para a gente conversar? Não nos foi passado; mas eu, como cidadão, quero saber. Já está aqui sendo votado, às pressas. Será se isso não é porque a Copa já está aí e essa é uma boa mercadoria para se negociar *lobby* daqui a um ano? (Palmas.)

Ninguém está negando verba federal para melhorar o nosso museu, que é do País. Aqui é o Distrito Federal, mas o que fazemos aqui é pelo País também. Esse toque de caixa tem muito interesse obscuro, como o Gougon falou. Aí tem o museu de Londres... Eu não quero saber. Eu quero saber que vivo aqui. Esse secretário que está aqui do meu lado direito é passageiro. Daqui a pouco haverá outro secretário, outro governador, mas eu estou vivendo aqui, vou defender, e esta é a minha palavra. A gente está careca de saber que os governantes passam, mas nós continuamos aqui vivendo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Cirilo.

Deputada Liliane Roriz, eu tenho de participar de uma reunião sobre um Título de Cidadão Honorário às 19h., em Samambaia, e sou a autora. Então, eu queria pedir licença para eu falar antes do secretário.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 37

Participar de uma comissão geral como esta, Deputada Liliane Roriz, e ouvir tantas falas como ouvimos... Há muita gente que pensa: "Poxa, a Deputada não está falando nada. A Deputada está calada". Nós estamos exercendo a democracia.

Peço licença à nossa Presidente aqui para eu falar neste momento, porque eu ouvi todos os membros da Mesa e se há algo com o que eu não tenho preocupação é fazer política com bandeira da sociedade. O Cirilo disse aqui, realmente, a verdade: nós, políticos, passamos. Há políticos que ficam imortais por escutarem a população. Eu fico muito triste quando percebo que o inferno está cheio de boa intenção. A boa intenção por si só não conseguirá mudar a realidade do nosso país. Dr. Ângelo, posso falar isso, porque sou uma deputada de Oposição, mas tudo o que é bom para esta cidade tem o meu voto favorável, porque sou de Brasília e quero o bem desta cidade.

Se formos usar o argumento de que é o Museu Nacional da República, o estádio também é nacional; levem o estádio e deixem o museu. (Palmas.) Ninguém, hoje, que não seja da classe a, tem acesso ao estádio, porque os eventos que são feitos lá não são para a população de Brasília, pois é algo que não é frequentado por ela.

Percebemos, nesta tarde, Dr. Ângelo, que a população tem um espaço compartilhado hoje, e se sente participe disso. Por isso, essa revolta. Muitas vezes, eu pedi calma para vocês. Eu falei: calma, calma. Deixa a gente ouvir o contraditório. Deixa a gente ouvir o argumento. A intenção pode ser excelente, mas não foi discutida com a sociedade, veio de cima para baixo. A intenção de dar robustez, de incrementar... Se estivéssemos falando de um estado pobre, mas temos 32 bilhões de orçamento. Nós temos condições, sim, de realizar um concurso público aqui no Distrito Federal para colocar servidores efetivos no museu, temos condição para isso. Podemos fazer isso dentro do nosso orçamento, nós demos aumento para 24 categorias. Nós não temos condição de abrir um concurso para contratarmos cinquenta, sessenta servidores? O sentimento hoje das pessoas que colocaram até de forma agressiva é um sentimento de indignação de quem tem algo que sente que é parte nossa. Eu falava isso para a Deputada Liliane Roriz.

Eu fico preocupada, Dr. Ângelo, quando o governo manda um projeto de lei aqui para esta Casa – e eu ouvi atentamente a fala do senhor – que fala que não é essa a questão da exposição permanente. Mas a justificativa do projeto fala sobre isso. Então, a justificativa do projeto é mentirosa. O Governo Federal já não está se comunicando com o governo local. Isso causa ainda na gente mais uma preocupação: "reúne condição de acolher, em condições adequadas, valiosos acervos" é a justificativa do projeto que está aqui para a gente votar. É isso a que a gente tem acesso para ler quando a gente vai votar.

Eu acho que a intenção da nossa Presidenta pode ter sido boa. A gente até acredita nisso. A intenção do nosso governador pode ter sido salutar, mas não foi

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	38	

discutida com quem hoje usa o museu. Qual é a nossa preocupação? Nós temos aqui algo mais ou menos parecido. A ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres faz hoje a vistoria dos carros interestaduais, dos ônibus. É por isso que nós temos tantos ônibus ruins nessa região do Entorno, porque não dá conta de fiscalizar aqui e de cuidar do Entorno.

Qual é a nossa preocupação? De a comunidade de Brasília, a sociedade de Brasília, os artistas locais não terem acesso a algo que já é nosso. O Museu Nacional é nosso. Ele pode ter o nome de Museu Nacional Honestino Guimarães, que foi companheiro de quarto do meu pai. O meu pai passou em primeiro lugar na UnB. Era companheiro. Teve que mudar para Goiânia para que eu tivesse o direito de ser Deputada aqui e xingar, se eu quiser, o governador, pela democracia.

Então, eu acho que é o sentimento nosso desta tarde. E é isso que eu acho que você deve levar à nossa ministra, à nossa Presidenta: "Presidenta, a senhora quer agradar a quem?" Porque se fizer uma pesquisa hoje para saber o que a população do Distrito Federal acha de entregar o Museu da República à gestão federal... A população não quer. Há um sentimento de que nós estamos perdendo algo que é nosso, que é da população de Brasília. Inclusive, Deputada Liliane Roriz, seu pai foi muito criticado quando resolveu fazer a última obra do complexo, porque de tudo as pessoas falavam em gasto. É gasto, é gasto! Mas, no dia em que inaugurou, era nosso.

O que eu acho que precisa haver é uma gestão eficiente para que gere novamente recursos para o Distrito Federal, que o Distrito Federal coloque uma equipe efetiva e que a gente se comunique melhor, porque nós já saímos do tempo em que a política vinha de cima para baixo. Nós vivemos numa democracia, na qual a política será construída de baixo para cima. A não ser que a gente queira construí-la de cima para baixo e depois sermos trocados pela população, porque a população exerce o seu direito universal em sufrágio, que é o direito ao voto. E, quando a população não se sente assistida, ela troca. Ela vai me trocar, vai trocar a Deputada Liliane Roriz se ela não se sentir representada por nós. Ela vai trocar o governador se ela se sentir que não está sendo ouvida. Ela vai trocar o presidente.

Então, eu gostaria de deixar um pedido ao Dr. Ângelo, ao secretário, que dissessem ao governador que nós fizemos uma audiência pública e que a população disse que gostaria que o museu permanecesse conosco. Se precisar de recursos, eu e a Deputada Liliane Roriz garantiremos emendas parlamentares para o funcionamento do museu. Nós não temos dificuldades de garantir recurso parlamentar para isso. Agora, a política de cima para baixo está ultrapassada, e, como Parlamentar, hoje eu fiquei sabendo que o governador fez uma reunião e pediu aos Parlamentares que seria muito importante que eles votassem o projeto.

É uma pena, Deputada Liliane Roriz, que os Parlamentares não estejam aqui escutando a população e os artistas da nossa cidade. Se um artista tivesse vindo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
21	11	2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

aqui falar que lá está muito difícil, que a administração não consegue administrar o museu, que está bagunçado, seria melhor entregar para o Governo Federal tomar conta. Não é essa a nossa realidade. A nossa realidade é que temos um museu; se o nome dele é nacional é porque somos a Capital do País. O nosso estádio é nacional. Se o Governo Federal quer tirar alguma coisa, que tire o estádio, porque o estádio, verdadeiramente, não é nosso, mas de quem paga para entrar nele.

Era isso que eu queria falar, Deputada Liliane Roriz.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Parabéns, Deputada Celina Leão. É desse entusiasmo que precisamos hoje na Câmara Legislativa. Boa sorte e boa viagem até Samambaia, você vai demorar para chegar lá.

Dando continuidade à nossa sessão, concedo a palavra ao produtor cultural da Assembleia dos Povos, Sr. Diogo Soares Costa.

SR. DIOGO SOARES COSTA – Boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de perguntar ao companheiro do Ibram se ele acha que estamos em Brasília ou em Barcelona, porque essa gestão cultural que ele está mencionando está em Barcelona, não aqui. O Museu Nacional tem o equipamento cultural mais bem aproveitado do Distrito Federal. Será que a população quer mesmo abrir mão desse equipamento? Pelo que vimos aqui, ninguém quer abrir mão dele. Por ser o único espaço cultural no centro de Brasília, o museu é o único lugar que permite o acesso do playboy da Asa Norte e o do marginalizado, do favelado, do negro da Estrutural. É o único espaço democrático, porque os outros espaços da nossa Capital são utilizados somente por quem tem carro, por quem tem grana no bolso para entrar nos locais. Não é essa gestão que você vai encontrar aqui. Você tem de visitar o museu e ver como ele está sendo bem aproveitado na gestão do companheiro Barja.

Esse museu virou um orgulho de Brasília, e ele ser cedido, para mim, é simplesmente a demonstração da inapetência do GDF em gerir qualquer tipo de equipamento. O Governo Agnelo está sendo conhecido nas ruas como “Agnulo”, porque não faz nada, é a nulidade na gestão desse governo. A gestão do Distrito Federal está abandonada, porque os únicos interesses que o Governador Agnelo preza são os da especulação imobiliária do seu Vice-Governador Tadeu Filippelli.

Outro ponto é que, se aquela região do Museu Nacional for federalizada, vai abrir uma brecha para que acabem os encontros das lutas sociais e populares das quais faço parte, que se encontram naquele local. Aquele local virou um ponto de convergência dos movimentos sociais no Distrito Federal. Dentro da federalização, abrimos uma brecha para o Exército expurgar todo mundo dali, para não permitir que ninguém esteja ali, e dar o pé na bunda de todo mundo.

No dia 15 de novembro, eu virei preso político do Distrito Federal porque estava me manifestando politicamente e legitimamente no Distrito Federal. É isso

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 21 11 2013	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 105ª SESSÃO ORDINÁRIA	

que vocês querem fazer com todos que se juntarem em frente ao Museu Nacional? Será que é isso que vocês vão fazer mais uma vez?

Outra coisa. O Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Wasny de Roure, entrou aqui para falar que temos um acervo enorme. Beleza, se temos um acervo enorme, por que ele não cria novos espaços congruentes e coerentes com esse acervo maravilhoso? O povo do Distrito Federal é fruto da miscigenação cultural do Brasil inteiro, que se encontrou no Distrito Federal. Essa criatividade merece espaço, merece mais equipamentos culturais e não que tire o nosso único equipamento que é bem gerido para passar para o governo nacional. Para quê? O GDF precisa desse espaço, precisa ter acesso a esse local.

Queria dar a palavra ao nosso companheiro da internet que chegou e falou assim: "Por que vocês falam em federalizar o museu? Não ouvi ninguém falando em popularizar o museu, só em federalizar. Popularizar não pode?"

Esse Presidente, Deputado Wasny de Roure, que chegou aqui aos berros, falou o que quis e saiu sem ouvir o que a gente queria falar, é o mesmo Presidente que, durante a ocupação da Câmara, proibiu a entrada de qualquer pessoa com menos de 30 anos na Câmara Legislativa. Qualquer jovem que aparecia aqui era proibido de entrar na Câmara. Esse é o Presidente da Câmara que diz que vai abrir a Casa para todo mundo? Espera aí, como assim? Cadê ele trabalhando pela construção de novos espaços culturais no Distrito Federal? Eu não vi. E eu acompanho isso aqui cotidianamente, tanto que o segurança já me chama pelo nome aqui na Câmara Legislativa.

Ninguém aqui aguenta lei que vem de cima para baixo. Vocês não viram em junho a população toda na rua? A gente não aceita mais essa representação que vocês estão fazendo. Vocês não nos representam. Não nos representam! Ou vocês deixam o povo ter voz, ou a gente fala igual ao nosso companheiro Cirilo falou: a gente ocupa aquele museu e só sai com ele garantido como do Distrito Federal.

Era isso que eu tinha para falar.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Antes de passar a palavra ao secretário, eu gostaria de passá-la à Sra. Ariana.

SRA. ORIANA ORNELA – Meu nome é Oriana. Eu queria corrigir. Quero cumprimentar primeiramente à Liliâne, sua excelentíssima pessoa, e à Mesa, no que tange aos representantes da sociedade civil.

É muito triste ver a cultura e a representatividade da cultura em Brasília, hoje representada pelo Secretário Hamilton, porque se, em 2008, ele tivesse prosseguido com a contratação do edital que está aprovado – a contratação de servidores na área da cultura –, isso não estaria ocorrendo hoje. Estamos aqui

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
21	11	2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

tratando de contratações para gerirem o museu, quando essas contratações estão liberadas desde 2008, e a gente está em 2013.

Então, vê-se claramente que não há uma intenção dessa política de que a cultura se fortaleça. Inclusive, eu sou representante de quatro colegiados setoriais aqui, que eu mobilizei, fora do período, do prazo da secretaria de fazê-lo. É por isso que estou aqui hoje. Porque um deles, que é moda, o qual eu represento, não foi formado. E eu resolvi adotar os outros três, inclusive arte urbana, do qual o Cirilo é coordenador, *design* e artesanato.

Dessa forma, eu pude acompanhar como a secretaria trata a cultura no Distrito Federal. Inclusive eu quero deixar registrado que, no dia da posse dos colegiados, o secretário faltou. Em outras vezes, eu, por meu próprio pagamento por gasolina, alimentação e telefone, mobilizei regiões administrativas, e as representações governamentais furaram.

O que a gente está defendendo em Brasília é que nós somos Capital do Brasil, estamos no olho do mundo. Seremos muito em breve a quinta economia mundial, e isso não é pouco perto da história do capitalismo.

O espaço do museu é um território cultural, deve ser respeitado da forma como as políticas internacionais convergem junto com as convenções internacionais da Unesco. Inclusive, hoje eu convidei uma representante da Unesco para estar aqui presente, acompanhando. Ela deve estar aqui observando, porque, como trata-se de diplomacia cultural, não se pode intervir nos casos em que o Estado e a sociedade estão em debate. Eles precisam primeiro observar e ouvir, para depois emitirem pareceres.

Diz a Lei Orgânica que, quando se for extinguir um espaço cultural, tem que haver outro da mesma forma. Não existe nenhuma proposta pela qual a gente possa trocar o nosso Museu – que não é o caso –, antes de mais nada.

A minha fala é em defesa do direito à diversidade, proteção e salvaguarda e do direito à memória e identidade local. Sou brasiliense há 32 anos, desde quando eu nasci. Eu só não trouxe o texto aqui relativo à diversidade e à salvaguarda porque me passaram que era para simplesmente dizer não à federalização. E, se não cair o projeto, aí, sim, nós teremos o trabalho de produzir essas relíquias.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Muito bem. E me desculpa o erro do nome, foi o Cerimonial que me passou, Oriana.

Eu gostaria de passar agora a palavra ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, Hamilton Pereira da Silva.

SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA – Sra. Presidente, eu queria uma informação, inicialmente, sobre quanto tempo tenho, para que eu possa organizar minha fala, considerando que nós temos teto, segundo nos informou a Deputada Celina Leão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
21 11 2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	42	

(Intervenção fora do microfone.)

SR. HAMILTON PEREIRA DA SILVA – Ok.

Eu quero saudar a Presidente desta sessão, Deputada Liliane Roriz; quero saudar os membros da Mesa e quero me dirigir a este plenário depois de uma discussão a meu juízo proveitosa, com uma participação expressiva de artistas da cidade num momento em que a Casa cumpre efetivamente o seu papel, que é o espaço de diálogo e de respeito às diferenças de opinião na busca de soluções duradouras para os desafios das políticas públicas de cultura, particularmente para o tema que nos traz aqui, do Museu da República Honestino Guimarães.

Eu procuro sempre ouvir com muita atenção a argumentação numa assembleia como esta, em que, evidentemente, pela complexidade do tema, há diferentes pontos de vista, diferentes enfoques. Enfim, não se discute aqui a legitimidade das intervenções. O importante é que essa legitimidade seja conhecida e reconhecida com o respeito devido a todos os protagonistas.

Dito isso, eu queria iniciar chamando a atenção para alguns aspectos que não podem ser esquecidos. Eu, por circunstâncias da vida, sou Secretário de Cultura desta cidade pela segunda vez. Isso me permite recuperar, para que a gente não o perca, esse elemento fundamental da discussão, e particularmente da discussão sobre cultura, que é a memória. Entre 1997, janeiro, e 1998, eu respondi pela Coordenação da Secretaria de Cultura. Eu fui o Secretário de Cultura dos dois últimos anos do Governo Popular. E entre as tarefas que nós cumrimos naquele período, nós recuperamos fisicamente o Catetinho, recuperamos fisicamente o MAB, recuperamos a 508, reformamos o Cine Brasília, recuperamos o Panteão da Pátria e pusemos exposições importantes dentro dele, reformamos o Teatro Nacional, recuperamos e inauguramos a Galeria Athos Bulcão.

O que eu quero dizer a vocês a respeito disso? Chegamos aqui em janeiro de 2011, doze anos depois, e a Secretaria de Cultura encontrou uma situação de terra arrasada, de descalabro. Nós recuperamos, mais uma vez, o Catetinho, porque estava ameaçado de ruir, pois estava infestado de cupins; recuperamos, pela primeira vez em cinquenta anos, modernizamos e restauramos o Cine Brasília; recuperamos o Panteão da Pátria, que se encontrava em plena Praça dos Três Poderes fechado há cinco anos; estamos recuperando o Espaço Lúcio Costa, naquela mesma localidade.

O MAB, abrimos com a magnífica exposição Poetas do Espaço e da Cor, e apresentamos um acervo belíssimo ali. Foi fechado pelo Ministério Público porque não reunia as condições necessárias. Apenas três anos depois que deixamos o governo, o MAB foi fechado por ordem do Ministério Público. Hoje estamos com a licitação pronta para recuperar o MAB, que é um patrimônio valiosíssimo desta cidade e tem muito a ver com esta discussão que fazemos hoje, muito importante para nós.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21	11	2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Estamos agora em fase de recuperação da Galeria Athos Bulcão, porque ela foi convertida num depósito. Por que eu quero mencionar isso? Porque eu quero que fique registrado, a fim de que não cometamos injustiças, que há uma descontinuidade no esforço da manutenção dos espaços públicos culturais do Distrito Federal. Isso é muito importante para nós.

Estamos concluindo os projetos executivos para a reforma do Teatro Nacional, e temos vontade de chorar. Uma obra como aquela é uma obra que, quatorze anos depois da reforma sem manutenção adequada, vai demandar um pesado investimento da cidade. Não é gasto, não. É investimento, porque estaremos investindo na preservação de um patrimônio inestimável para a cidade.

Não vou fazer um relatório. Creio que muitos de nós que estamos nesta sala temos debatido em outras ocasiões sobre outras políticas, porque o que se destruiu ao longo de década e meia não foram apenas os espaços físicos, mas foi o conceito de como se produz cultura no Distrito Federal. As políticas públicas de cultura foram pulverizadas e entregues à iniciativa privada. O que se está fazendo agora é uma tentativa de reconstrução de políticas públicas de cultura. E vai demandar tempo, acreditem.

Bem, para nós é importante então enfrentar o tema que nos traz aqui, que é o tema do Museu da República. O Museu da República não precisa ser popularizado. Já é. É um espaço que nos últimos dois anos recebeu mais de um milhão de pessoas. Esse é um número significativo para museu em qualquer lugar do mundo. Então, não precisa ser popularizado, já é um espaço popular de excelência.

Em segundo lugar, o Museu da República é um museu que dialoga com os artistas de Brasília, dialoga com a produção artística de Brasília, dialoga com a produção que nos chega das diversas regiões do País, e dialoga com as outras culturas do mundo.

Nós temos um espaço de excelência junto com o Ministério das Relações Exteriores. Todos aqui são testemunhas disso. Nós realizamos memoráveis exposições no último período: a exposição do Oswaldo Guayasamín; Cuba, Mucho Gusto; Armando Reverón; agora Alejandro Obregón; e a caminho uma importante exposição que chegará do Chile. Ou seja, nós estamos cumprindo aquilo que é vocação do Museu da República: o diálogo com as demais culturas do mundo, porque para nós é fundamental que Brasília não perca sua vocação cosmopolita.

Nós não podemos nos amesquinhar e provincializar o debate, gente. Não podemos. Para nós é muito importante que, numa discussão como esta, produzamos mais luz e menos calor. Precisamos produzir mais luz e menos calor.

O que nos traz aqui fundamentalmente — este é o ponto de vista que eu quero expressar a vocês — deve estar orientado particularmente com o olhar voltado para o serviço que o museu presta à população. O museu não tem dono. O museu é da população. Atenção: o museu é da população, é da sociedade de Brasília, do

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA		44

Brasil e daqueles que nos visitam. Nós temos que incorporar essa leitura, para que possamos refletir sobre o método que nós devemos utilizar do ponto de vista da gestão para produzir esse serviço. Esse é o tema.

Então, mais do que dizermos que “o museu é do Distrito Federal, porque fomos nós que construímos”, é verdade. Ou: “Não, o museu é nacional porque está na Esplanada dos Ministérios e se chama Museu Nacional da República”, temos que olhar o seguinte: muitos dos senhores aqui conhecem muito bem como funciona aquele fantástico parque de museus em Washington. Muitos deles não são divididos entre o governo dos Estados Unidos e Washington D.C. Não. São parcerias público-privadas inclusive, sustentadas por empresas e tal.

O que nós estamos tratando aqui é de uma possibilidade que entrará em debate na Câmara, para que se faça um projeto de parceria com o Museu da República, que pertence ao Governo do Distrito Federal — o projeto fala de cessão de uso, e não de outra coisa —, para trabalhar com a União a ampliação dos horizontes desse museu. Ponto. Estamos tratando de gestão.

O debate sobre conceito, que alguns levantaram aqui, que a meu juízo é pertinente, é muito importante como etapa imediata, como etapa seguinte. Por quê? Porque esse museu de curta existência já fez história. Aliás, uma história muito parecida com Brasília. Ele é inovador. Então, há conquistas que não podem se perder. Agora não creio... Digo sinceramente e francamente para vocês que a alteração nos métodos de gestão, orçamento, pessoal... É bom lembrar aqui: aquele museu não tem corpo efetivo. Não tem corpo efetivo. Não tem orçamento próprio. Mas como eu disse — o Barja sabe muito bem do que eu estou falando —, nós queremos encontrar soluções duradouras para que o museu preste serviços da melhor forma.

Então, esse debate é necessário, tem de ser feito, sim, com os senhores deputados e deputadas, com a sociedade — como ocorreu nesta tarde, graças a iniciativa da Presidente da Mesa, Deputada Liliane Roriz —, para ouvir essa multiplicidade de propostas, de ideias, de caminhos, que cada um de nós, como cidadãos, tem o direito de apresentar.

Penso que nós, com esse enfoque, seremos capazes de produzir soluções — eu não diria consensuais, porque no Brasil é muito difícil produzir consenso. Mas poderíamos produzir soluções convergentes, porque aqui e ali, você perde uma posição que você, por algum motivo — seja pessoal, seja de natureza política — preza muito, mas você divide um pouco. Digamos: eu não vou ver prevalecer a minha ideia integralmente, mas quero que parte dela esteja representada na solução. Isso é construção democrática.

Quando nós sairmos daqui desta sessão, o mais provável é que vamos nos abraçar ali na saída. Então, nós temos de preservar esse laço.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	45	

As pessoas dizem assim: "O governo é autoritário", mas eu chego sempre com a resposta: o governo brasileiro é um governo que tem cultura autoritária porque a sociedade brasileira tem uma cultura autoritária. A sociedade brasileira é herdeira... A sua formação, os seus princípios, a sua história está carregada de tradição escravocrata, oligárquica enfim, ou seja, nós estamos no mesmo barco.

Então eu queria, para concluir minhas palavras, dizer-lhes que nós estamos trabalhando no sentido de apresentar um projeto para debate, buscando encontrar soluções que sejam duradouras, que sejam convergentes, porque definitivamente, eu acho que este daqui não é um país vocacionado aos consensos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Muito obrigada por suas palavras, Secretário.

Eu quero fazer as minhas considerações finais para encerrarmos este debate, esta audiência.

Quero dizer que fiquei muito feliz por este encontro. Algumas pessoas acompanharam todo o processo. Desde que foi ventilado que o Governador Agnelo queria passar o museu para o Governo Federal, eu me manifestei prontamente, a nossa amiga ali sabe muito bem disso. Eu acho que isso não é uma briga de bandeira política. Não há cor partidária nessa briga, nessa discussão.

Diante de fatos, não há argumentos. Marta Suplicy não vive nesta cidade; Dilma não nasceu em Brasília. Eu vim para Brasília com apenas 1 ano. Passado é passado. Eu não tenho o menor problema com críticas. O que aconteceu no passado, nas gestões anteriores, eu não tenho o menor problema com isso. Eu enfrento de cabeça erguida.

Sou crítica também, há muitas coisas, mas eu tenho de colocar isso neste momento, neste dia, que, para mim, é histórico. Eu defendo a minha cidade como eu defendi a questão do PPCUB.

Eu fui a primeira nesta cidade a abrir a porta, a escancarar e falar: "Não! Aqui não! Quem quiser que mude desta cidade", porque esta cidade é patrimônio mundial. Não admito. Ganhei mais uns cabelos brancos com essa luta. Não tem problema. Posso ganhar muito mais com esta luta do museu.

Vou me somar ao nosso colega artista e também vou me acorrentar ao museu e dizer que não vou permitir. Eu sou da Comissão de Cultura desta Casa e não vou permitir que isso seja resolvido desta maneira, sem discussão, sem a presença de muitos artistas da cidade. O Barja já fez um esforço absoluto para manter este museu até hoje. É certo que governos anteriores não investiram na cultura, sim. Pode ser que isso seja real, mas ninguém vive de passado. Vivemos do presente e do futuro.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21 11 2013		15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA		46

E fazer concurso público. O Governador Agnelo Queiroz tem prerrogativa para fazer um concurso, porque já se passaram três anos da sua administração e ele poderia ter feito isso, assim como muitas coisas ele poderia ter feito e não fez, e aí a humanidade vai caminhando na nossa cidade insatisfeita, descontente com muitas outras coisas.

Sr. Presidente do Ibram, de cima para baixo é um contrassenso para um governo que é democrático. Não se pode pensar nisso. Eu sou isolada, sozinha, nesta casa, juntamente com a Deputada Celina e a Deputada Eliana Pedrosa e sei que há um rolo compressor para que esse projeto seja votado ainda este ano. O governador chama para o almoço, conversa. "Isso para mim é ponto de honra, porque a Presidente Dilma e Marta Suplicy..." O escambau! Elas querem que o museu passe para o Governo Federal, querem a federalização do museu. Não aceito. Não vou aceitar. Vou usar de todo o meu gabinete, da minha força, da imprensa local, para colocar isso nas redes sociais para que nós tenhamos uma força absoluta. Porque pode ser que com a força do Governador Agnelo, esse projeto seja aprovado. Ele está tramitando nesta Casa. Muito contra a minha vontade. Alguém vai pegar a relatoria desse projeto – e é o que acontece aqui.

Enfim, eu vou lutar para que... E eu acho que vocês viram... Eu posso recorrer à Justiça, se for o caso, para que o Museu da República permaneça no Distrito Federal. Eu repito as palavras da Celina: "Já tem o Estádio Nacional Mané Garrincha. Que o Governo Federal fique com ele e que administre", porque o próximo governo, se Deus quiser, vai ter só aborrecimento com esse estádio que aí está.

Ainda este ano, o Governador Agnelo tem 6 bilhões de reais, 9 bilhões de reais para gastar na saúde, gastar na segurança pública. E mais: para o ano que vem, há um orçamento tão grande, que nunca se viu na história da nossa cidade. Serão 34 bilhões de reais. Será, Barja, que ele não tem como passar, Secretário, um bocadinho mais desse orçamento para o nosso museu? Será que não?

É como vários colegas, vários amigos que estiveram aqui falaram: é importante que se diga que não é mais um lugar para concentrar as nossas obras de arte, para ser um lugar só de exposição. É um local onde as pessoas da nossa cidade têm que usá-lo como espaço cultural de múltiplas funções.

Então, se querem pegar, que peguem o museu de outros lugares e federalizem. Por que tem que ser aqui da nossa Capital? Muito fácil, faça isso. É irônico pensar nisso. É engraçado, não é presidente? Mas por quê? Este museu foi construído com recursos dessas pessoas que estão aqui e que pagam impostos e que merecem. E era o que faltava como um desafio, que foi grande, para terminar a nossa Esplanada tão linda com o museu que o nosso querido Oscar Niemeyer concluiu.

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	
21 11 2013	15h55min	105ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Eu quero dizer que agradeço muito, fiquei muito feliz com a participação das pessoas com suas opiniões, pois o debate é importante, é essencial. Esta Casa necessita deste debate, que é um debate democrático.

Eu gostaria de agradecer a presença do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, Hamilton Pereira da Silva; do Sr. Coordenador do Colegiado Setorial de Arte Urbana do Distrito Federal, Cirilo Quartim; do Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Administração de Museus – IBRAM, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos; da Sra. Presidente da Associação Candanga dos Artistas Visuais, Flávia Boeckel; do Sr. Diretor do Museu Nacional Honestino Guimarães, Wagner Barja; do Sr. Henrique Gougou, artista plástico; do Sr. Luiz Felipe Vitelli, artista plástico e membro do Colegiado Setorial de Artes Visuais; e de todos vocês que compareceram. Muito obrigada.

Declaro, assim, encerrada a comissão geral.

(Levanta-se a sessão às 19h01min.)



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração – **Impressão:** Seção de Produção Gráfica
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br